

TXAI & TIÃO

Dois guardiões de florestas gritam por ação mundial na COP26

p. 5



RETROCESSO ECONÔMICO

O Brasil retomou o velho projeto da primarização

p. 15

ENTREVISTA

Flávia Miranda - Tamanduás contam uma história evolutiva, da qual também podemos fazer parte

p. 20

ÁGUA

Governo insiste em vender boa imagem mas organizações alertam para a gestão hídrica inconsequente

p. 30

OJC INTEGRA MOVIMENTO BONITO POR NATUREZA PARA PROTEGER BIOMAS DE BONITO-MS

p. 32

DO LIXO AO LUXO

O futuro do reciclável

p. 39



PROGRAMA

JUSTIÇA & CONSERVAÇÃO

A voz da resistência



NESTA EDIÇÃO, TRANSCREVEMOS ALGUMAS OPINIÕES CONTADAS NO PROGRAMA JUSTIÇA & CONSERVAÇÃO

Chegamos à nona e última edição do ano do Jornal Justiça e Conservação. Neste ano pandêmico caótico para o mundo, no Brasil tivemos também que lidar com a destruição acentuada do meio ambiente que infelizmente se acelerou muito. O desmonte das instituições e políticas ambientais construídas sobre décadas de governos passados e de participações democráticas da Sociedade Civil brasileira, foi novamente a tônica deste governo. A esperança de que a saída de Ricardo Salles e a ocorrência da COP 26 em Glasgow pudessem trazer algum juízo ao poder executivo e aos parlamentares brasileiros foi em vão.

Tantos e tamanhos foram os desserviços proporcionados pelo Governo na área ambiental que não caberiam nesse editorial. Cabe ressaltar pelo menos dois que estão associados: o total descontrole e conivência dos governos locais, estaduais e federal na questão do garimpo ilegal e o total descaso com nossos indígenas que não apenas sofreram bastante com a pandemia, mas que também – e concomitantemente- tiveram suas áreas invadidas por madeireiros e garimpeiros criminosos de forma acelerada em 2021.

Este foi um ano de muito trabalho para o OJC (Observatório de Justiça e Conservação). Também tivemos que aprender a lidar com as dificuldades dos trabalhos remotos, a pouca disponibilidade dos órgãos de fiscalização durante muitos meses por conta da pandemia. A falta de transparência típica do Poder Executivo brasileiro parece ter sido agravada tendo sempre a pandemia como um “atenuante”, já que muitos servidores não estavam disponíveis. Para contar nossos esforços em 2021 na área jurídica, trazemos um pequeno resumo de atividades elaborado por nossos advogados e colaboradores.

Trazemos nessa edição também algo que há muito já deveríamos ter feito, que é uma pequena coletânea de 2021 das centenas de entrevistas que proporcionamos – **já há 4 anos e diariamente das 8h às 9h da manhã - através do Programa Justiça e Conservação.** Cabe salientar que nosso programa é uma iniciativa única no Brasil, pois além de ser **transmitido diariamente pela Rádio Cultura 930 de Curitiba**, ele é transmitido simultaneamente em nossas redes sociais para todo o Brasil e o mundo. Assim, se você perdeu ou quer rever algumas de nossas melhores entrevistas de 2021, poderá conferi-las nas próximas páginas ou em nossas redes.

Esta edição número 9 traz também relatos de uma de nossas jornalistas, que graças a um generoso patrocinador, conseguimos enviar à COP 26 em Glasgow. **Ela nos traz entrevistas e apurações especiais que você só consegue ver aqui.** Nesta edição você também vai poder conhecer mais sobre logística reversa e como zerar a destinação de resíduos a aterros sanitários, já que não existe “fora”.

Trabalho de equipe. Foi isso que o OJC e outras instituições fizeram de uma forma profissional e de grande impacto na bela cidade de Bonito -MS. O local vem sendo ameaçado por sojeiros e outras atividades ilegais que sujam suas raras e cristalinas águas, que são a maior força motriz do turismo local. **O evento e seu conteúdo são riquíssimos e se aplicam a várias regiões ameaçadas do Brasil**, confira em algumas páginas adiante. Esperamos que goste também das nossas dicas culturais especiais de final de ano e outras matérias exclusivas desta edição.

Aproveitamos para desejar a todos um ano novo com saúde e bem melhor do que este que chega lentamente ao fim. **Pedimos também a você que nos segue e gosta de nosso trabalho, que nos apoie com o que puder, e associe-se ao OJC.** Veja na próxima página como fazer parte do nosso time, desde já nosso muito obrigado. Um Feliz e verdejante 2022!

Giem Guimarães

Diretor Executivo do OJC

Por onde andamos nesta edição



**APOIE O JORNALISMO
AMBIENTAL.
SEJA UM ASSOCIADO OJC.**

SUA DENÚNCIA PODE VIRAR REPORTAGEM!

Soube de alguma prática suspeita ou ilegal contra o nosso patrimônio natural? Entre em contato com a gente por meio de nossas redes sociais ou pelo e-mail justicaecon-servacao@gmail.com.

Sua denúncia pode ser encaminhada aos órgãos responsáveis e virar reportagem. Fique atento, denuncie e conte conosco para tornar pública qualquer ilegalidade.



@justicaeco



@justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr

EXPEDIENTE

Jornal JustiçaECO
Número 9 | Ano 2 (2021)
Os conteúdos são de responsabilidade do Observatório
de Justiça e Conservação (OJC)

Iniciativa do Observatório de Justiça e Conservação
Telefone: (41) 3528-4847
www.justicaeco.com.br
justicaecon-servacao@gmail.com

Ajude-nos a fiscalizar
e proteger o *meio ambiente*.
Juntos somos mais fortes.

O Observatório de Justiça Conservação é uma entidade colaborativa que trabalha pela legalidade e contra a corrupção na área ambiental. Há mais de quatro anos lutamos pela transparência, fiscalizando ações que comprometam o patrimônio público natural. Com o seu apoio, produzimos conteúdos informativos, educacionais e sob medida. Tudo isso feito gratuitamente para a sociedade e em prol da natureza. Precisamos da sua ajuda!

**JUNTE-SE A NÓS.
ASSOCIE-SE.**



Acesse
www.benfeitoria.com/OJC
para saber mais.



@justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr



@justicaeco

OJCI
ASSOCIADOS
PROGRAMA DE PARCEIROS E APOIADORES DO OBSERVATÓRIO



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

Observatório de Justiça e Conservação na COP26

GLASGOW, ESCÓCIA, NOVEMBRO DE 2021

A Conferência das Partes, como é chamada a cúpula da Organização das Nações Unidas, realizou sua 26ª edição. Cada ano, um país-sede é escolhido. No ano passado, a pandemia da Covid-19 não permitiu a reunião de líderes de nações, organizações e do setor privado. Ou seja, dois anos depois da última conferência, realizada em Madrid, na Espanha, em 2019, colocou-se uma grande expectativa de decisões climáticas na COP 26.

Com uma série de protocolos sanitários para evitar transmissão do coronavírus, cerca de 25 mil pessoas compareceram à conferência. Pela primeira vez, o OJC marcou presença nos espaços de reunião dos países, na Sala de Ações, nos Side Events e na área para imprensa global, que fez a cobertura dos 13 dias de evento.

O Brasil ocupou espaço expressivo na COP: foi o único país com dois stands no pavilhão dos países, um oficial do governo federal e outro de organizações da sociedade civil. Ambos muito frequentados por tomadores de decisão nacional. O segundo, com a presença de especialistas do clima, políticos ambientalistas e grupos que agora começam a se fazer presentes na COP, como jovens, povos originários e representantes do movimento negro.

O OJC circulou por estes espaços presencialmente e fez amplo relato dos acontecimentos nas redes sociais e no site www.justicaeco.com.br. Noticiamos a ausência de representantes do governo do Paraná nas discussões climáticas, com prejuízo para um estado que tem muito a avançar nas questões ambientais.

O OJC se uniu a outras organizações sem fins lucrativos no Brasil, da coalizão do **Observatório do Clima**, com o objetivo de divulgar informações da maior conferência do clima do mundo.

O Paraná tem obrigação em pontuar medidas de recuperação da Mata Atlântica, bioma que compõe 98% do seu território. Também precisa rever sua matriz energética, uma vez que os rios que fazem parte da rica Bacia do Paraná estão ameaçados com projetos de represamento para instalação de usinas hidrelétricas. O estado é uma das últimas regiões com floresta com araucárias no mundo, e a espécie em extinção continua sendo derrubada impunemente, inclusive com licenças ambientais do próprio governo estadual.

A seguir estão as reportagens produzidas pelo OJC que deram espaço para vozes e dados que integram o evento global às ações climáticas brasileiras.



United Nations
Climate Change



UN CLIMATE CHANGE
CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY



txai & tião

DOIS GUARDIÕES DE FLORESTAS GRITAM POR AÇÃO MUNDIAL NA COP26

A jovem indígena, Txai Suruí, e o fotógrafo consagrado, Sebastião Salgado, são duas vozes - ou cores - chamando a atenção do mundo para as florestas brasileiras

UMA jovem que o mundo está conhecendo agora traz uma mensagem de dentro da floresta Amazônica. “Eu falo da Amazônia porque é o meu lugar de fala. Não falo aqui [na COP 26] o que eu escuto, o que estudo. Falo o que eu vivo”, diz Txai Suruí, 24, jovem indígena do povo Paiter Suruí, de Rondônia.

Homem, branco, Sebastião Salgado já rodou o mundo com suas lentes, em diferentes projetos fotográficos. Os credenciados da COP que já o conhecem de outros lugares o chamam de “Tião”, com o respeito merecido aos artistas.

Seu “lugar de fala”, como diz Txai, é outro. Não é de quem nasceu no meio da floresta e carrega traços físicos dos povos originários. De fora dela, Tião buscou entender o que se passa lá dentro.



Eu dediquei quase exclusivamente sete anos da minha vida para fotografar a Amazônia. Terminei este projeto em 2019. Viajei muito por esta floresta e digo, nós temos que protegê-la

Tião

Entre a jovem filha de pai indígena e mãe indigenista (quem é atuante na política de integração e proteção das populações indígenas), e o experiente fotógrafo de sobranceiras brancas, o universo da floresta tem cores diferentes.

Txai Suruí anda por todos os espaços da 26ª Conferência do Clima onde é convidada, sempre com o cocar na cabeça, símbolo multicolorido do seu povo.

O hábito é também de outros representantes dos povos originários credenciados na COP 26, o que mostra que a representatividade

na maior conferência do clima cresce, apesar de muitos grupos ainda serem sub-representados.

Se a jovem Suruí exibe as cores da floresta, Salgado é ausência de cor e luz. O preto e branco de suas fotos da Amazônia estão expostos em paredes do mundo.

A exposição “Amazônia”, que tem mais de 200 fotografias, esteve em Paris por mais de cinco meses. Com curadoria da esposa do fotógrafo, Lélia Salgado, as fotos estão agora no Museu de Ciências de Londres e no Museu de Arte Contemporânea de Roma.

As fotos feitas por Salgado retratam a convivência dele com 12 comunidades indígenas na Amazônia. Além das belezas naturais e culturais registradas, Salgado também buscou criar uma consciência mundial sobre o que ocorre dentro da floresta.

Suas fotografias denunciam ameaças aos povos originários causadas pela ambição econômica. Os registros abordam a extração ilegal de madeira, a mineração do ouro, a construção de barragens, pecuária e produção de soja e as mudanças climáticas dentro das Terras Indígenas.

No Brasil, a exposição chega em 15 de fevereiro do próximo ano no SESC Pompeia, em São Paulo, e em 19 de julho no Museu do Amanhã no Rio de Janeiro. Salgado avisa: são necessárias 3 horas para percorrer os corredores divididos nas duas temáticas: paisagem e povos indígenas da Amazônia.



Fotos cedidas pelo casal Salgado para o stand da sociedade civil na COP 26 também fazem parte da exposição "Amazônia" exibida em vários países (Divulgação/Brazil Climate Action Hub)

Defesa das Florestas Brasileiras: da Amazônia à Mata Atlântica



Txai Suruí no Salão da Ação na COP26, em Glasgow (OJC)



Hoje em dia eu acho inconcebível a gente falar de mudanças climáticas sem falar de pessoas. Quem são os mais afetados, assim como os povos originários e quem está nas florestas? As pessoas que moram nas periferias. É o povo preto, é o indígena em contexto urbano que está sofrendo e que muitas vezes é esquecido

Txai Suruí nasceu no ativismo. Sua mãe é filha de seringueiro e fundadora da associação Kanindé, a maior organização de defesa dos povos indígenas de Rondônia. Há 29 anos Neidinha, como é conhecida a mãe da jovem, coordena este trabalho.

Txai Suruí, única brasileira a discursar na abertura da COP 26 ao lado de várias autoridades, foi ameaçada e atacada após o comentário do presidente Jair Bolsonaro sobre seu discurso.

“Minha mãe é ameaçada de morte há anos. Mesmo assim ela não para o trabalho de defesa dos povos indígenas. Eu tenho um pouco da teimosia dela e não vou abaixar a cabeça para ataques. A minha mensagem é de esperança”, comenta Suruí de dentro dos salões da COP 26 para a reportagem do OJC.

Além de atuar na Kanindé, Suruí é voluntária na organização de liderança jovem Engaja Mundo e coordenadora do movimento

Juventude Indígena de Rondônia. Em todos os espaços em que participa, sua luta é para a proteção das florestas.

“Se você pegar qualquer mapa com dados de florestas você vai ver que há floresta em pé quando há presença dos povos indígenas. É por isso que a gente é tão importante na luta contra a crise climática. A gente não só vive a floresta, a gente é a floresta. Elas têm um papel essencial para reverter essa crise”.

Suruí foi convidada pela amiga Paloma Costa, que trabalha na Organização das Nações Unidas, para falar no evento de abertura da COP 26. Com a repercussão da sua presença entre autoridades da ONU e de governos, a jovem reivindica sempre que pode a presença dos povos originários nas mesas de decisão da cúpula.

“A gente pode chamar a floresta amazônica de ar condicionado do mundo, porque é ela que vai regular o nosso clima. Só que quem

está segurando a Amazônia? Sem a ajuda do governo e com a própria vida? São os povos originários”, afirma.

Além de estar envolvida em vários grupos ativistas, Suruí é estudante de direito. Sua visão transcende os limites da floresta. Ela lembra que a população urbana também está sofrendo com a crise climática.

A potência da voz da representante Paiter Suruí não se concentra apenas na Amazônia. Txai Suruí cita as queimadas no Cerrado, que têm ocorrido com mais frequência, e a importância da conservação da Mata Atlântica.

“Lá [na mata atlântica] tem povos originários vivendo na floresta também. Todos os biomas são importantes. Minha mensagem não é só para a conservação da Amazônia, mas sim uma mensagem de harmonia com a natureza no geral, de amor e de respeito à floresta”, afirma Suruí.

COP26

Em entrevista coletiva a jornalistas no stand das organizações ambientalistas brasileiras (havia outro stand do governo brasileiro na conferência), Salgado afinou a crítica: “o grande problema do país hoje é o poder Executivo”.



Sebastião e Lélia Salgado falam sobre florestas no Brazil Climate Action Hub, na COP 26

“

Tivemos um desmatamento colossal na Amazônia porque nós retiramos todos os filtros que combatiam o desmatamento. O IBAMA não tem mais atuação prática na Amazônia. A Funai, que sempre foi dirigida por sociólogos, antropólogos, pessoas que tinham uma compreensão do problema, hoje é dirigida por um delegado de polícia. Conheço bem a Amazônia e posso dizer que o comportamento desse governo atual é uma catástrofe.

O fotógrafo e a esposa, Lélia Salgado, formam uma dupla essencial para a arte da fotografia de denúncia no mundo. Ele escolhe o preto e branco para retratar a floresta verde. Ela é curadora das exposições.

Salgado lembra que a Amazônia é protegida pela Constituição Federal, com unidades de conservação e Terras Indígenas. Ele propõe uma força conjunta da sociedade civil com outro poder da República para barrar os avanços do desmatamento. “Acho que nós temos que nos aliar a todos os juízes, procuradores, promotores de Justiça da Amazônia. Assim nós vamos conseguir ‘segurar’ a Amazônia. Aqui [na COP] tem muita discussão e teoria, mas acho que para proteger a Amazônia nós vamos ter que proteger o que já é protegido pela Constituição”, sugere.

O casal Salgado já plantou mais de 2,8 milhões de árvores nativas em uma propriedade herdada pela família em Minas Gerais. A partir do trabalho do Instituto Terra, o fotógrafo conta que o carbono emitido por uma grande editora de livros é todo sequestrado pela floresta que os Salgado restauraram numa antiga área de pasto. A parceria entre a editora e o instituto tem bases no “mercado de crédito de carbono”, discutido pelo Artigo 6 do Acordo de Paris e que tem negociações ocorrendo nesta última semana da conferência do clima.

Diretamente ao OJC, Salgado falou sobre a baixa representatividade do setor rural na COP 26.

“Acho que 95% das pessoas que estão aqui na COP são do meio urbano. A gente tem que trazer o rural para esse evento. Os pequenos e os grandes donos da terra no Brasil e no mundo. No caso do Brasil, todas as áreas que devem ser restauradas são propriedades privadas. São eles que têm o poder de reflorestar”, provoca.

Sobre a Mata Atlântica, bioma onde está situada a área de recuperação da floresta da família Salgado, o fotógrafo é incisivo.

“Não existe outra saída se não plantarmos árvores. Elas garantem o sistema de águas. Quando a gente vê no Brasil o problema da falta d’água em São Paulo e em outras grandes cidades, ouço dizerem que o motivo é a falta de chuva. Isso não é verdade. Os reservatórios estão vazios porque nós não temos mais fontes de água, nós destruímos essas fontes porque destruímos as florestas”.

“

Quando a gente vê no Brasil o problema da falta d’água em São Paulo e em outras grandes cidades, ouço dizerem que o motivo é a falta de chuva. Isso não é verdade. Os reservatórios estão vazios porque nós não temos mais fontes de água, nós destruímos essas fontes porque destruímos as florestas

O grito de Tião pelo replantio de árvores nativas é o mesmo grito de Txai Suruí pela conservação da floresta em pé. “É preciso plantar árvores para ter água e qualidade de vida”.

Brasil assina Acordo de Florestas e anuncia "fim do desmatamento", sem divulgar estratégias ou metas

Forest Deal teve 105 signatários para restaurar florestas de diferentes biomas no planeta

O governo brasileiro assinou o Acordo de Florestas e Uso do Território com o objetivo de zerar o desmatamento antes do compromisso formal. O acordo prevê que nenhuma árvore seja derrubada ilegalmente nos territórios de países signatários até 2030. O Brasil firmou o mesmo compromisso até 2028. Todos os países do acordo ainda precisam restaurar as florestas já devastadas.

O acordo assinado no evento da Organização das Nações Unidas em Glasgow, no Reino Unido, elenca seis pontos a serem cumpridos pelos países. Firmado através do mecanismo de adesão, as nações têm diretrizes amplas e US\$19 bilhões em verbas dos governos e do setor privado para investir em restauração de florestas e estancar o desmatamento.

Entre os itens estão a conservação de florestas e aceleração da restauração, a facilitação do comércio e políticas nacionais e

globais para o desenvolvimento sustentável e a implementação e até redefinição de políticas para uma agricultura sustentável. Ainda se compromete a usar recursos financeiros para atingir o objetivo internacional de reversão da perda de florestas.

O documento, que tem caráter político e objetiva guiar nações para instituírem políticas domésticas de cumprimento, inclui a necessidade de reconhecimento de direitos de povos indígenas e comunidades locais no papel de preservação.

Nos corredores da COP 26, o OJC ouviu as percepções de três especialistas do clima sobre o acordo. São eles: a ex-presidente do IBAMA e especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo; o biólogo e presidente do conselho do Instituto Arapyaú, Roberto Waack; e a ex-Ministra do Meio Ambiente e co-presidente do International Resource Panel, Izabella Teixeira.





“ *A comunidade internacional está esperta com o Brasil e vai exigir compromisso concreto* ”

OJC - O Brasil tem condições de cumprir as diretrizes do acordo que assinou?

SUELY ARAÚJO - Não vai ser no governo Bolsonaro que vamos cumprir essa declaração. No meu entendimento, vamos passar por uma fase de contenção de danos em 2022. A destruição foi feita e recuperar isso não vai ser fácil. Os órgãos ambientais estão deslegitimados. Ainda vai levar um tempo pra juntar esses caquinhos. Mas pode haver uma expectativa para o próximo governo.

IZABELLA TEIXEIRA - O Brasil oferece vários indicadores de retrocessos imensos. No próprio índice de sustentabilidade das Nações Unidas o Brasil aparece como um dos países que mais regrediu ambientalmente, ao lado da Venezuela. Então não dá pra falar de sustentabilidade sem ações de sustentabilidade. Tem que chegar aqui na COP com um mínimo de autoridade para o resto do mundo acreditar.

Nesta década, não vamos mais discutir desmatamento legal ou ilegal, agora é o fim do desmatamento. Diferente de outras COPs, agora o mundo tem uma relação positiva com a natureza, é uma nova mentalidade política. É a *nature positive* que está valendo. O Brasil precisa entrar nessa onda.

ROBERTO WAACK - O Brasil tem condições para isso. Talvez sejamos o país que mais conhece silvicultura no mundo. Domesticamos o eucalipto e o pinus e nos transformamos na maior potência florestal do planeta. Ou seja, a gente sabe lidar com florestas, só não aplicamos esse conhecimento para árvores nativas. Agora é ter vontade política para dar desenvolvimento tecnológico nessa base de conhecimento que a gente já tem.

O segundo ponto é que a gente tem um Código Florestal que pressupõe que todas as propriedades privadas no Brasil têm de ter florestas. Isso também é único no mundo, tem muito valor.

O movimento de mudança tem que ser federal, mas também estadual. Eu vejo o crescimento rápido da agenda subnacional, nos estados. Acho que o mundo depois de Trump e com Bolsonaro está vendo que é preciso relativizar esse peso do governo federal e dividir a ação com os governos estaduais.

OJC - A política do governo de Jair Bolsonaro é claramente contrária à conservação de florestas. No governo dele, o desmatamento aumentou por dois anos consecutivos, entre 2019 e 2020. Qual a intenção do governo em assinar tal acordo?

SUELY ARAÚJO - Eu acho que assinou para ficar habilitado a receber parte dos recursos. Só que eu acho que a comunidade internacional está esperta com o Brasil e vai exigir compromisso concreto com o que está assinando. Está bem claro para todos que o Brasil até agora é só discurso e que para ir além disso precisa mostrar serviço.

IZABELLA TEIXEIRA - De tudo o que a gente lê das entrevistas dadas por autoridades brasileiras, o Brasil tem uma grande preocupação em reverter a imagem. O país que liderava está para trás. O Brasil vem a uma COP sem plano, sem estratégia, e ninguém sabe como o Brasil vai fazer as coisas. O governo anuncia o fim do desmatamento para 2028 mas não se sabe como isso foi programado.

Aliás, o Brasil deveria ter uma postura política de reconhecer os erros até aqui. Se quer reconstruir e fazer com que a desconfiança internacional diminua, é preciso reconhecer os erros. Eu vejo o contrário, uma arrogância política do governo brasileiro na COP e declarações não são suficientes para mudar os rumos do desmatamento.

OJC - O item 4 do Acordo de Florestas institui a implementação e, se necessário, a redefinição de políticas nacionais para uma agricultura sustentável. Qual a situação da legislação brasileira para atender a este compromisso?

SUELY ARAÚJO - Sempre é possível aperfeiçoar o arcabouço normativo. Mas talvez seja a hora do Brasil começar a discutir o aperfeiçoamento de políticas de programas à cargo do Executivo e dos governos subnacionais muito mais do que debater a legislação.

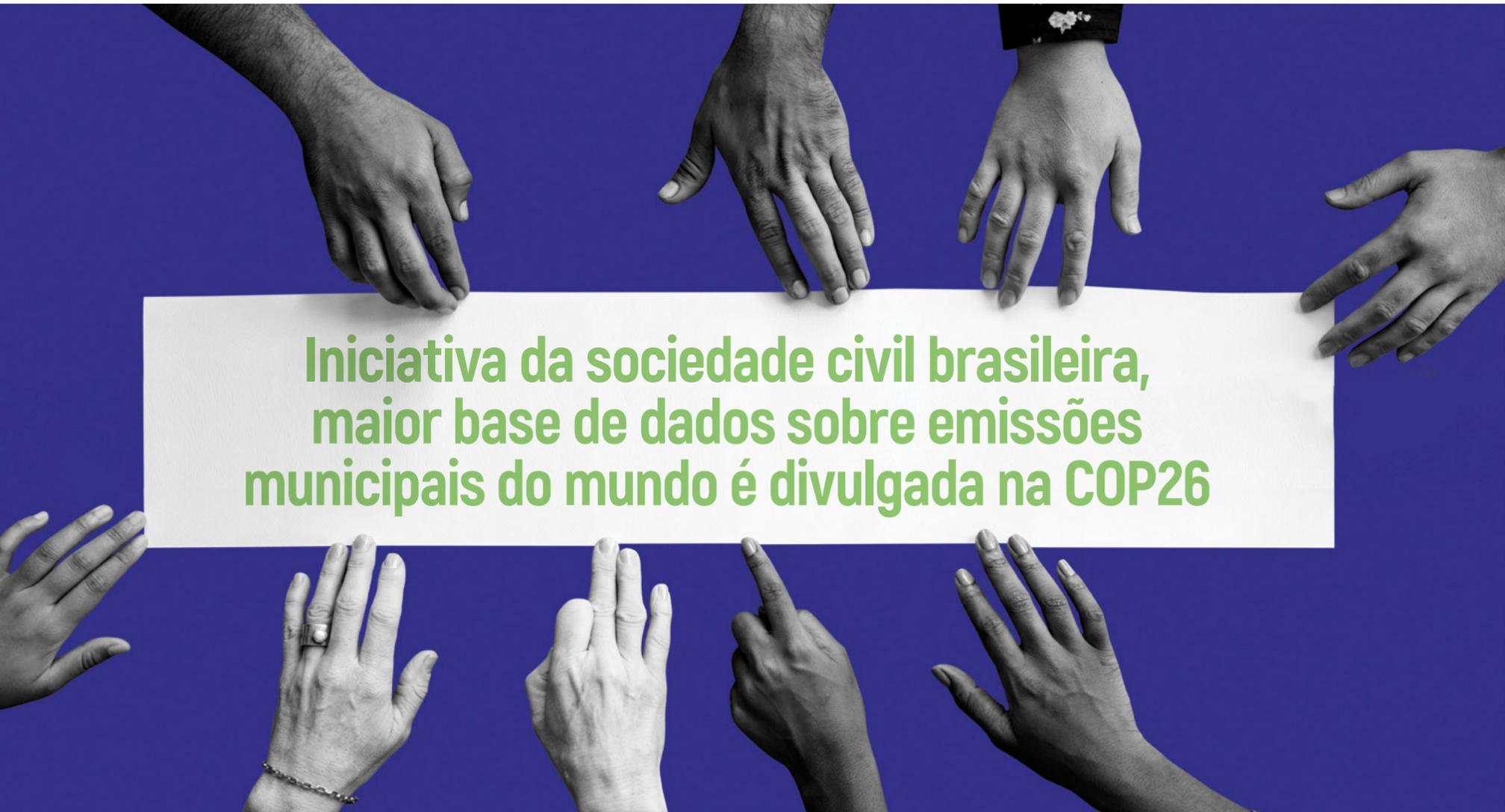
Uma das principais ferramentas da Lei Florestal de 2012 é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Qual é a porcentagem de CAR homologado no Brasil? Muito baixa. E muita coisa que se previa na lei florestal dependia do Programa de Regularização Ambiental e do CAR.

A gente também precisa transformar nossa agricultura inteira em de baixo carbono, só assim o Brasil avançaria.

ROBERTO WAACK - Eu acho que a gente tem um ponto que é a rastreabilidade, dar transparência para todas as cadeias de suprimento, incluindo diretos e indiretos. O país tem os instrumentos para isso: um instrumental de monitoramento por satélite único, que é o MapBiomas. Este monitoramento é único no mundo e pertence à sociedade, não está sob o risco de desmonte que aconteceu com os sistemas do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], do governo. A gente tem condições de rastrear cadeias, guias sanitárias e de transporte, todos os sistemas que documentam o trânsito dos animais, dos caminhões, essa informação precisa ser mais transparente e disponibilizada. ***

Para o OJC, apesar dos objetivos de zerar o desmatamento terem sido firmados na Conferência das Partes de 2021, o país deveria apresentar as mínimas condições de estratégia e planejamento. Falta ao Brasil traçar e tornar públicos os objetivos intermediários e uma estratégia escalonada e bem definida para haver alguma expectativa de reversão da perda de florestas. A frase repetida por brasileiros desde o início da COP 26, de que o país faz políticas “para inglês ver”, mais uma vez faz sentido. Na língua do Reino Unido, isso também pode ser chamado de *Greenwashing*.





Iniciativa da sociedade civil brasileira, maior base de dados sobre emissões municipais do mundo é divulgada na COP26

Sistema SEEG mede emissões de gases do efeito estufa nos 5.568 municípios do país

O município de São Félix do Xingu, no Pará, tem o maior rebanho bovino brasileiro. Em 2020, eram mais de 2,3 milhões de cabeças de gado na área do município, de acordo com o IBGE. Não por menos, é o município que mais emite gases do efeito estufa no Brasil.

Altamira, também no Pará, está em segundo lugar na lista de maiores emissores. A cidade vive os impactos ambientais e sociais da instalação da usina de Belo Monte e do desmatamento, causado principalmente pela prática ilegal da grilagem.

A terceira é a capital de Rondônia, Porto Velho. Só em quarto lugar vem a metrópole São Paulo, o que mostra que não só as chaminés das indústrias ou os escapes de veículos emitem gases que podem aumentar a temperatura da Terra.

Os números são altos e públicos. São Félix do Xingu emitiu, em 2018, 29,7 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e). Pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios) dá pra saber as emissões do município e de qualquer outra cidade brasileira, por setor econômico.

O SEEG Municípios foi criado pelo Observatório do Clima, uma coalizão de organizações brasileiras, e divulgado na COP 26, a conferência do clima em Glasgow, realizada entre 31 de outubro de 12 de novembro.

No Paraná, a capital do estado é a maior emissora. Curitiba emitiu 3,4 milhões de toneladas de CO₂e em 2018. Em seguida, os municípios vizinhos da região metropolitana, Araucária e Balsa Nova, que têm as emissões puxadas pela atividade industrial. Segundo o coordenador do SEEG e coordenador-geral do Mapbiomas, Tasso Azevedo, o sistema dá subsídios para que governos locais conheçam a própria realidade.

“É possível controlar muitas das atividades que geram emissões tomando decisões no nível local. A primeira coisa é ter uma ideia da origem delas. O SEEG fornece um caderno com 87 soluções que não dependem de políticas externas ao município, dá pra aplicar dentro da cidade”, afirma.

As causas das emissões são divididas em cinco grandes grupos: tratamento de resíduos, processos industriais, energia, transporte e agricultura e uso do solo. Para o último grupo, por exemplo, uma das 87 soluções seria estimular a manutenção e criação de corredores ecológicos e unidades de conservação municipais, já que o solo com cobertura vegetal é um potente sequestrador de carbono.

Já o problema de emissões a partir do intenso uso de veículos poderia ser reduzido com descentralização de serviços urbanos. O caderno do SEEG sugere a prefeitos e vereadores que estimulem bairros e edifícios de uso misto, combinando moradias e empregos.



Representantes das organizações que compõem o Observatório do Clima divulgam dados e caminhos para descarbonização do Brasil na COP 26 (OJC)

As emissões de GEE são calculadas de acordo com cada atividade. Azevedo explica o cálculo das emissões pelo sistema de transporte.

“Para cada atividade existe um ‘fator de emissão’. Por exemplo: uma cidade consome X de combustível. Para cada litro de gasolina ou diesel vendido neste município, multiplicamos pelo fator de emissão. Assim temos uma ideia muito aproximada de quanto esta atividade colabora para as emissões na área”.

“É possível controlar muitas das atividades que geram emissões tomando decisões no nível local.”

Tasso Azevedo



Brasil Rural: o metano e agropecuária

Responsável pelo estudo que calcula as emissões a partir da atividade agropecuária no SEEG, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal (Imaflora) colabora para a visibilidade do problema de um dos principais impulsionadores do aquecimento global: o gás metano.

“A agropecuária no Brasil é responsável diretamente por quase 30% das emissões do país. Outros 44% das emissões vem do desmatamento, que um dia vão se tornar terras agricultáveis ou pasto. Então o peso desta atividade nas emissões é enorme”, afirma Marina Piatto, diretora-executiva do Imaflora.

O metano é produzido a partir da fermentação do alimento no intestino do boi. No pasto, os rebanhos emitem o gás, que é bastante nocivo por reter calor na atmosfera. Por outro lado, se decompõe mais facilmente que outros gases do efeito estufa, como dióxido de carbono.

Segundo Piatto, um manejo inteligente manteria a atividade econômica com menores danos ambientais. “Dá pra reduzir muito as emissões com boas práticas, como a suplementação animal, algumas rações que melhoram a digestibilidade, o manejo de pastagem, o abate precoce. Não é admissível deixar o gado envelhecer no campo, porque ele continua emitindo metano”.

Piatto ainda lembra que a monocultura pode ser substituída de forma mais sustentável por consórcios de atividades rurais.

“Os sistemas integrados, como o ILPF [Integração Lavoura, Pecuária e Floresta], ajudam muito, assim como a agricultura de baixo carbono, o plantio direto, a silvicultura. O que o produtor não neutraliza com manejo, ele compensa dando condições para o sequestro de carbono pelas árvores”.

O Brasil e outros 103 países assinaram o Compromisso Global do Metano, um acordo para reduzir em 30% as emissões até 2030. O metano é parte do grupo das “emissões de carbono” que a conferência do clima tenta combater. A presidente do Instituto Talanoa, Natalie Unterstell, lembra que entre assinar e fazer, existe uma lacuna.

“Em 2015, o governo brasileiro submeteu à ONU uma proposta de que em 2030 o país chegaria a um nível de 1,2 gigatonelada de carbono equivalente emitido. Em 2019, nós emitimos 2,2 gigatoneladas. Ou seja, não estamos diminuindo”, pondera Unterstell. “Vale lembrar que o Brasil é um dos sete países que mais emitem gases do efeito estufa. Menos que a China e os Estados Unidos, mas estamos entre os que mais emitem, e precisamos agir”.

Emissões por município

CÓD. IBGE	MUNICÍPIO	UF	Emissões
1507300	São Félix do Xingu	PA	29,768,597
1500602	Altamira	PA	23,381,897
1100205	Porto Velho	RO	22,492,817
3550308	São Paulo	SP	17,964,207
1505486	Pacajá	PA	15,045,485
5103254	Colniza	MT	14,277,745
1302405	Lábrea	AM	13,771,531
1505064	Novo Repartimento	PA	12,262,395
3304557	Rio de Janeiro	RJ	11,786,733
3205002	Serra	ES	11,517,335
1505809	Portel	PA	10,783,464
1100338	Nova Memoré	RO	10,588,922
1505031	Novo Progresso	PA	10,218,335
1303304	Novo Aripuanã	AM	10,121,953
1300144	Apuí	AM	9,505,715
1302603	Manaus	AM	7,700,772
1503606	Itaituba	PA	7,554,833

SEEG Municípios divulgado na COP 26 é a maior base de dados de emissões de GEE por cidade no mundo (<http://seeg.eco.br/>)



“Um manejo inteligente manteria a atividade econômica com menores danos ambientais”

Marina Piatto

Brasil Urbano: políticas subnacionais visadas na COP

Uma perspectiva recorrente na conferência do clima na Escócia é que os estados e municípios têm tanta responsabilidade climática quanto os governos federais.

Apesar da ausência do presidente Jair Bolsonaro na COP 26, 13 governadores brasileiros compareceram ao evento, tendo alguns feito anúncios de objetivos climáticos para os estados que governam.

O governo do Rio Grande do Sul, por exemplo, retirou o apoio ao uso do carvão no estado, o que foi visto como positivo na conferência, medida que vai na contramão do país. O Brasil não assinou o

acordo para abandonar o consumo de carvão mineral, que teve 46 países signatários.

Já o governo de São Paulo prevê até julho de 2022 um plano de ação estratégica para a descarbonização do estado. Presente no evento onde foi divulgado o sistema SEEG Municípios na COP 26, o subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo, Eduardo Trani, conta que os dados oficiais do governo serão cruzados com os do Observatório do Clima. “Como responsáveis por 17,5% das emissões do país, puxadas principalmente pelo setor de transportes, a ideia é utilizar os

estudos preliminares para fazer trajetórias de descarbonização”.

Assinado em junho deste ano, o convênio deve mirar o setor que mais causa emissões no estado, o de transporte de cargas.

“A primeira diretriz do plano de ação é aumentar a eletrificação [veículos elétricos]. É um processo de transição, não se faz do dia para a noite, mas vai estar definido no plano de ação. Outras medidas também devem somar, como fiscalização para controle das emissões em outras atividades”, afirma Trani.

O governo do Paraná, por sua vez, assinou em outubro de 2021

as campanhas da Organização das Nações Unidas Race to Zero (Corrida para o Zero) e Race to Resilience (Corrida para a Resiliência).

Por meio de decreto, a administração estadual estabelece que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) deve aprovar um plano de Ação Climática, com metas para diminuir as emissões de carbono até 2050. Em menor prazo, até abril de 2023, deverá apresentar um plano de adaptação climática, considerando os riscos que o Estado já oferece ao clima.

Ausência de autoridades na COP26 dificulta conversa com organizações e sociedade civil

Ambientalistas apontam a Cúpula do Clima em Glasgow, na Escócia, como oportunidade de definir políticas climáticas práticas



No discurso gravado no canal do Ministério do Meio Ambiente, replicado na Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima nesta segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou: “No combate à mudança do clima, [o Brasil] sempre faz parte da solução, não do problema”.

Em entrevista coletiva aos jornalistas brasileiros na COP 26, em Glasgow, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse o contrário.

“O Brasil na verdade é parte do problema, não da solução”, afirma Doria. “Falta uma política clara de descarbonização da nossa economia, faltam protocolos claros na proteção da Amazônia, dos nossos mananciais. Houve desobediência do Brasil aos compromissos da COP de Paris. Parte do problema é o governo federal”.

Diferente do Presidente da República, 13 governadores compareceram presencialmente à maior reunião de chefes de estado e organizações da sociedade civil para discutir as mudanças climáticas.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), é presidente do Consórcio Brasil Verde, que reúne 22 governadores brasileiros. Na COP 26, ele apresentou soluções ambientais no ES para *Time4MultilevelAction Dialogues*, evento realizado por várias organizações.

Segundo Casagrande, “pela primeira vez nós temos mais de 10 governadores na COP 26. Nós, os 13 que vieram, estamos representando os demais. Caminhamos para dar uma contribuição aos estados com relação às metas de neutralidade de carbono e aos programas de mitigação às mudanças climáticas”, diz o governador do Espírito Santo.

Governo do Paraná vai a Dubai, mas não à COP26

O governo do Paraná apoia o Consórcio Brasil Verde, criado a partir do Fórum dos Governadores pelo Clima, mas não teve representatividade estadual na cúpula. Segundo o sistema online Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), não houve agenda oficial para o governador do estado Ratinho Junior (PSD) nos dias de abertura da COP.

Treze governadores confirmaram presença na COP 26 durante o recesso brasileiro. Outros governos estaduais ainda enviaram representantes dos governadores, como é o caso do Mato Grosso do Sul, Amapá e Roraima.

O Governo do Paraná, no entanto, não enviou representante. Segundo a assessoria do governador Ratinho, “houve um acordo entre os governadores para que os que fossem representassem os demais, de acordo com o bioma da região. Então o governo do Paraná estará representado pelos governadores de regiões que apresentam o mesmo bioma”.

Para a Expo Dubai, no último mês, a atenção do governo paranaense foi outra. O próprio Ratinho Junior foi aos Emirados Árabes e, em sua companhia, ainda



Comitiva do governo do Paraná vai em peso à Expo Dubai, mas fica ausente das discussões da COP 26 (Foto: Governo do Paraná)

embarcaram os secretários de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex; de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara; da pasta de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes; além do secretário de Administração e Previdência, Marcel Micheletto.

Também compuseram a comitiva oficial do governo do Paraná o diretor-geral do Departamento

de Estradas de Rodagem (DER) Fernando Furiatti; o coordenador do Grupo de Trabalho do Plano Estadual Ferroviário de Ferrovias, Luiz Fagundes; o chefe do Escritório de Representação do Paraná em Brasília, Rubens Bueno Filho. Para assessorar a comitiva, outros quatro servidores viajaram. A lista dos passageiros para Dubai foi apurada pelo Jornal Plural.

A reportagem do Plural ainda cita as várias prefeituras paranaenses com comitivas compostas por prefeitos e servidores.

Diferente da Conferência das Partes (COP) - cúpula realizada para debater e afirmar compromissos com a questão energética, gestão da água e temperatura e conservação dos biomas -, a Expo Dubai tem caráter econômico.



Medidas climáticas no âmbito estadual

A Cúpula do Clima ainda serve de espaço para exposição das medidas climáticas tomadas por governos subnacionais. “Anunciamos aqui na COP o ‘Refloresta São Paulo’, um programa para o plantio de um milhão e meio de hectares de árvores nativas com 1 bilhão de reais de investimento público para a recuperação das matas que compõem o bioma Mata Atlântica”, afirma o governador Doria.

O governo de São Paulo ainda anunciou a implementação do ICMS Ambiental, uma mudança no destino do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. “Vamos destinar o ICMS para áreas de preservação. Assim criamos políticas reais”, critica o governador de SP, referindo-se às medidas pouco práticas anunciadas por Bolsonaro no Programa Nacional de Crescimento Verde, lançado na semana de abertura da COP 26.

Na conferência, o governo capixaba apontou medidas estaduais para regeneração de 285 mil

hectares no estado. “Também já fizemos recomposição ativa com árvores nativas em 10 mil hectares. Queremos desburocratizar o procedimento para que o agricultor possa fazer investimento em matas nativas no Espírito Santo”, conta Casagrande.

A presença de autoridades estaduais permitiu que jovens do movimento Fridays For Future fossem ouvidos.

Há cerca de 70 jovens de diferentes movimentos brasileiros na COP deste ano. Representantes do *Fridays For Future* entregaram uma carta ao governador de São Paulo. A carta do *Youth for Climate Education* pediu ações para a educação ambiental nas escolas de ensino básico, treinamento de professores, preparação das escolas para a realidade climática, entre outras medidas.

Marcelo Rocha, 24, é ativista do movimento e afirma a importância da reunião da Cúpula que ocorre este ano presencialmente, depois de ter sido adiada por causa da pandemia da Covid-19.



Jovens do movimento Fridays For Future entregam carta aos governadores do Consórcio Brasil Verde (OJC)

“Essa COP tem a juventude em peso. O Brasil não é só uma ou duas juventudes. E a juventude negra, das periferias, todos trazem suas ideias. Acho que estar aqui para debater o clima é fundamental”

Marcelo Rocha, 24, ativista

Análise sobre a presença de autoridades

O secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, compõe o quadro de especialistas em questões climáticas do *Brazil Climate Hub* na COP26. Segundo Astrini, a presença ou ausência de autoridades no encontro internacional tem impacto de acordo com a forma como as autoridades agem localmente.

“Eu acho importante os governadores estarem aqui porque a gente não tem um governo federal que se importa com o clima. Se a gente soma representação de outros poderes aqui na COP, mostramos ao mundo que apesar do governo federal que a gente tem, existe um grupo no Brasil pronto para agir da forma correta na agenda climática”.

Alguns deputados federais da bancada ruralista foram vistos nos corredores da Cúpula. Para Mário Mantovani, advocacy da Fundação SOS Mata Atlântica, a presença deles “não representa parlamentares em defesa do clima, mas sim a ‘tropa de choque de defesa do governo federal’”. Mantovani ainda afirma que, no Legislativo, quem faz uma ação política compatível com as urgências climáticas na COP é a Frente Parlamentar Ambientalista, através de um trabalho de contenção de danos do atual governo federal.

SOCIEDADE DE PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM VIDA SILVAGEM

SPVS

www.spvs.org.br

INCORPORAR O CAPITAL NATURAL AOS NEGÓCIOS FAZ PARTE DA NOVA ECONOMIA

Seja parceiro da SPVS e garanta segurança ao seu negócio

FOTO: Reginaldo Ferreira

WWW.HOTELCAMBOA.COM.BR

ANTONINA NATURAL

HOTEL POUSADA CAMBOA ANTONINA

WHATSAPP 41987761100 - FIXO 4134323267

PROGRAMA

Justiça & Conservação

HÁ 4 ANOS PROPAGANDO CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Idealizado pelo Observatório de Justiça e Conservação, 4 anos atrás nascia o então chamado "Programa Terceira Via - o seu caminho de Justiça e Cidadania". Concebido inicialmente apenas como um programa de rádio, ele ia todos os dias úteis ao ar das 7 às 9 da manhã, através de uma FM de Curitiba.

O tempo passou, os custos apertaram, mas o programa segue com seus propósitos iniciais de levar educação ambiental e informações relacionadas a justiça social e cidadania aos seus ouvintes (hoje também telespectadores). O programa passou a adotar parte do nome de sua própria entidade mantenedora, o Observatório de Justiça e Conservação.

Neste ano de 2021, mais de 250 entrevistados e mais de 220 horas de entrevistas foram ao ar pelas redes sociais do OJC e pelas ondas da Rádio Cultura 930 de Curitiba. Atingindo um público eclético que compartilha o gosto por iniciativas do terceiro setor e valores socioambientais, o programa tem ultrapassado barreiras e se firmado como uma programação matinal básica para qualquer amante da natureza e das causas cidadãs.

O Programa J&C tem sido um espaço de aprendizado, formando uma imensa rede entre pessoas, organizações, instituições e empresas que têm se conectado para ações presentes e futuras. Entre uma conversa e outra surgem campanhas, projetos de lei, novos roteiros turísticos e insights para pesquisas científicas, gerando uma comunicação de real impacto social. Veja a seguir o que pensam alguns de nossos parceiros e entrevistados do programa.

“

Estamos juntos desde o início com o Observatório porque precisamos de uma imprensa de causas. Isso feito de forma ética e imparcial como faz o OJC é de suma importância. Veículos de comunicação tem sido atacados constantemente, por isso temos que apoiar iniciativas que tenham compromisso com a verdade.

James Marins

Advogado e presidente do Instituto Legado de Empreendedorismo Social

“

A flexibilidade do rádio e das transmissões digitais como forma de chegar até as pessoas mais humildes são muito importantes: Eu escuto o programa quase todo o dia e acho que a frequência diária do programa faz dele algo inédito na comunicação ambiental no país.

Mario Mantovani

Diretor Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica

“

O programa presta um enorme serviço à população, pois leva temas de interesse público e personalidades importantes a tocarem na questão ambiental. A comunicação acessível leva a questão ambiental a pessoas que normalmente não teriam acesso. Aproveito para parabenizar, em nome da comissão de meio ambiente da ALEP-PR, o Observatório de Justiça e Conservação pelos serviços prestados

Goura Nataraj

Deputado Estadual do Paraná

“

Sou fã! É fantástico que tenhamos no nosso país um programa diário sobre o terceiro setor e mais especificamente sobre o tema ambiental. É tão bom abrir as redes logo pela manhã e ver os temas mais atuais ou uma iniciativa inspiradora sendo apresentada ao público. O Brasil pelo qual lutamos merece uma iniciativa como essa.

Angela Kuczach

Diretora da Rede Pro UC

“

Nem sempre há espaço para divulgação de temas relevantes ligados à área socioambiental nas mídias convencionais. O Programa tem esse papel de suprir uma lacuna, funcionando também como um "efeito fermento" onde cada ação individual do bem repercute em outras ações conjuntas

Sandrah Guimarães

Jornalista e apresentadora do Programa J&C

“

A Rádio Cultura se orgulha de veicular ao vivo o programa desde 2018. Creio que seus 4 anos no ar ensinaram e influenciaram muitos no modo de pensar sobre a conservação da natureza. Um dos grandes desafios para existir maior respeito pelo meio ambiente é a disponibilidade de informações qualificadas.

Maurício Betti

Diretor da Rádio Cultura 930

“

Apoiar a difusão de informações ambientais e do Terceiro Setor, sempre em alto nível qualitativo, é uma grande satisfação. Nestes tempos de predação desvairada da natureza e de aumento da desigualdade social, levantar a voz e apontar com clareza o que está acontecendo e buscar alteração deste rumo é uma obrigação de todo o cidadão consciente.

José Álvaro Carneiro

CEO do Complexo Pequeno Príncipe

“

O programa de rádio do OJC traz luz e informações sobre temas ambientais e socioambientais que são de alta relevância para a proteção dos seres vivos e da biodiversidade e para um meio ecologicamente equilibrado nas áreas rurais e urbanas. A disseminação de informações e de reflexões sobre esses temas constitui ingrediente fundamental para a criação de uma consciência ecológica coletiva e para uma adequada tomada de decisões que respeitem a natureza.

Alexandre Gaio

Promotor de justiça e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa)

“

A disponibilidade das informações é um dos grandes desafios para que possamos conservar a natureza. O Programa completa 4 anos com uma coleção inédita de entrevistas com os maiores especialistas do país e se consolida como forma de fortalecer o movimento em prol do meio ambiente

Clóvis Borges

Diretor Executivo da SPVS

“

A sensibilização e mobilização da sociedade é imprescindível. O valoroso trabalho do OJC, tanto com o Programa J&C via rádio quanto no Jornal impresso, tem se destacado como canais de promoção da educação ambiental com informações consistentes, críticas e confiáveis. Isso é essencial nesse momento de emergência climática. Parabéns e vida longa ao OJC.

João de Deus Medeiros

Coordenador Geral da RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica

“

Surgia há quatro anos a voz para dizer - as vezes para gritar - o que não era dito. Nascia, também, a esperança de que juntos podemos, e de que todos merecemos, um mundo mais verde, mais justo e mais humano. Parabéns e obrigado, OJC.

Aristides Athayde Bisneto

Advogado e empresário

Reunimos a seguir algumas das melhores entrevistas de 2021. Desde já pedimos desculpas aos nossos entrevistados não contemplados aqui, mas o número de páginas do jornal e a celeridade do trabalho nos impediu de agregar mais transcrições. Nem por isso aquelas que não estão aqui são menos importantes. Aliás, vale muito a pena acessar nossas redes (Insta, Face e Youtube) e rever muitas delas. Esperamos que nossos leitores gostem dessa nossa breve seleção que segue.



CARLOS EDUARDO YOUNG, ECONOMISTA

RETROCESSO ECONÔMICO: o Brasil retomou o velho projeto da primarização, que é a ideia de que vamos crescer exportando matéria-prima

A recente desindustrialização brasileira vem provocando um aumento da importância de matéria-prima *in natura* na composição das exportações brasileiras. Assim, ao invés de exportarmos produtos com alto valor agregado, temos nos voltado ao comércio de commodities como soja, minério de ferro e carne nas exportações brasileiras.

Estamos indo na contramão do mundo, com um país e uma indústria cada vez mais dependente da exploração de recursos naturais. Com isso, cria-se essa falsa ilusão de que o que precisamos é extrair até a última árvore, colocar pastagem até à beira do rio, acabar com todos os espaços naturais e extrair o minério a qualquer custo. Nosso “futuro” é o

petróleo, a cana-de-açúcar, a soja, o boi... Vamos ser a “Arábia Saudita do biodiesel”. Mas esta é uma percepção equivocada, porque no século XXI não é isso que vai gerar desenvolvimento sustentável.

É importante a produção agrícola, energética e mineral, mas na forma como está sendo praticada atualmente leva à mais desigualdade social, que aliás aumentou terrivelmente nos últimos anos. Somos o quarto país que mais contribuiu para o aquecimento global com suas emissões e um país que retrocede economicamente. Esse modelo trouxe ainda mais desastres ambientais como em Mariana e Brumadinho (MG), recorde do desmatamento e aumento do uso de agrotóxicos.



Seapdr-RS

“Somos o quarto país que mais contribuiu para o aquecimento global com suas emissões e um país que retrocede economicamente”

Ninguém desemprega mais do que o agro

O agro pode ser pop, mas o agro no Brasil também significa desemprego. Este agro predatório e mecanizado expulsa a mão de obra familiar do campo, ao mesmo tempo que difunde propaganda enganosa verde (*greenwashing*) dizendo que é limpo. Esse setor



desempregou mais ou menos 3 milhões e meio de pessoas, entre 2000 e 2018, embora tenha crescido acima do PIB. Ao mesmo tempo não gera renda, não gera emprego.

Já a mineração não desemprega, mas também não emprega. Ninguém desemprega mais do que o agro.

A renda per capita hoje do brasileiro é menor do que a renda de 2009, ou seja, você ganha menos em média hoje do que ganhava em 2009. Estamos andando economicamente para trás. Esse modelo é perverso ambiental, social e economicamente. É por isso que precisamos de uma nova visão, onde a relação com a natureza seja diferente.

Dentro dessa macro visão de uma economia com transformação produtiva, equidade, uso inteligente e inovador de recursos naturais, as unidades de conservação são um espaço, um microcosmo desse macrocosmo de aplicação dos recursos naturais.

O “valor econômico” é muito mais do que apenas dinheiro



de Janeiro porque já naquela época faltava água.

Além de proteger o recurso hídrico, a floresta também fornece alimentação. Há unidades de conservação de um uso sustentável da Amazônia voltadas à proteção do Pirarucu. Se não houver gestão adequada o peixe vai acabar.

Há ainda o espaço para turismo. No Paraná existe o Parque Nacional do Iguaçu, um grande patrimônio que vai muito além das Cataratas. É a principal unidade de conservação de Mata Atlântica interiorana com enorme área de visitação. Precisamos desses espaços para proteger a nossa qualidade de vida e a nossa atividade econômica.

Portanto, isso tem um valor econômico, embora não necessariamente tenha preço. Na Floresta da Tijuca paga-se para visitar a área do Cristo Redentor, mas as caminhadas e trilhas são gratuitas, estão abertas, beneficiando nossa saúde e qualidade de vida.

Então aquele tipo de espaço o qual as pessoas associam a um vazio de gente sem atividades econômicas é ao contrário, um lugar cheio de serviços ecossistêmicos, mas não necessariamente habitado. E é também um local com atividades econômicas, embora não necessariamente com dinheiro em caixa. O valor é algo que vai além do dinheiro.



Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



CHEGA DE FINANCIAR O DESMATAMENTO COM DINHEIRO PÚBLICO!



SERGIO LEITÃO, DIRETOR DO INSTITUTO ESCOLHAS

O principal motor do desmatamento é o financiamento público. O trator e a motosserra não funcionam sem o custeio que é dado pelos financiamentos promovidos pelo Governo com taxas e juros mais baratos, como mostrou o estudo “Do Pasto ao Prato: subsídios e pegada ambiental da carne bovina”, do Instituto Escolhas. São recursos públicos dos governos estaduais e do governo federal que subsidiam a cadeia da carne bovina hoje no Brasil.

O monitoramento do Imazon comprova que 90% do que é desmatado na Amazônia é justamente para servir de pasto. Com isso identificamos três problemas:

1. Quem financia isso é o dinheiro público e os bancos são a correia de transmissão desse financiamento;
2. O desmatamento ocorre justamente na região que tem, do ponto de vista global, a maior importância em termos exatamente daquilo que o Brasil precisa para fazer sua parte na questão das mudanças climáticas, que é deixar de ser um grande emissor de gás de efeito estufa;
3. Não precisamos mais fazer isso. Nas palavras da própria ministra da Agricultura Tereza Cristina: “Não precisamos desmatar para comer, basta aumentar a produtividade. Não precisamos utilizar a Amazônia para o agronegócio”.

Desmatamento e dinheiro público já não podem caminhar juntos (abaixo, campanha do Instituto Escolhas)



Já temos 90 milhões de hectares desmatados, é muita terra. É quase a soma da França e Alemanha, quase a soma do Texas e da Califórnia, os maiores estados americanos. Mas continuamos destruindo e financiando isso com dinheiro público. Precisamos financiar quem vai produzir com mais qualidade, sem desmatamento. Mas há a falta de coerência por parte do Ministério da Agricultura e de grandes lideranças do agro. O ex-ministro Roberto Rodrigues defendeu que o país tem uma pecuária verde, a ex-ministra Kátia Abreu disse a mesma coisa no exterior. Mas precisamos fazer acontecer, se é verde de verdade vamos financiar apenas quem não desmata.

A pecuária brasileira é extensiva, ocupa área equivalente às regiões sul e sudeste, e tem baixa produtividade. Existem nichos de alta tecnologia e alta performance, mas na maior parte nossa pecuária é ineficiente, incluindo do ponto de vista econômico. Fizemos um estudo e levantamos que o setor recebe subsídios de R\$12 bilhões

por ano e arrecada apenas R\$15 bilhões. Ou seja, quase 80% do que arrecada estão diretamente relacionados ao volume de subsídios. Quase assinamos a carteira do boi, pois é funcionário público, recebe dinheiro do estado, do governo Estadual e Federal.

Além disso, esse financiamento é absolutamente ineficaz do ponto de vista ambiental, pois a pecuária extensiva desmata e emite muitos gases de efeito estufa. Na Amazônia Legal, onde o desmatamento está comendo solto, a pegada de carbono média é de 145 quilos de CO₂e/kg de carne bovina. Em todos os demais estados, a pegada de carbono média é de 23 quilos de CO₂e/ kg de carne bovina.

Se houvesse um país chamado Pecuária Brasil – com um rebanho que chega a 218,2 milhões de cabeças de gado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – seria o 20º maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, com emissão equivalente à Inglaterra (462 milhões de t de CO₂e).



Gado na Amazônia, fazenda na região do norte do Mato Grosso
Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real



Destinem o dinheiro para quem sabe produzir mais e melhor



Por que realizamos uma atividade ineficaz do ponto de vista financeiro e altamente danosa do ponto de vista ambiental, se podemos fazer a “reunião do ótimo com o bom”?

Vamos continuar exportando de qualquer maneira ou vamos garantir carne na mesa do brasileiro? Já temos um grave problema em função da inflação, e o problema só piora com a carne e demais commodities cotados em dólar.

Já temos tecnologia nacional da Embrapa, para produzir “carne verde”. Portanto o problema não é apenas tecnológico ou financeiro,

é também político. Destinem o dinheiro para quem sabe produzir mais e melhor.

Relembrando as palavras do escritor e ambientalista João Meirelles Filho, financiamos a “boi-economia” mas não financiamos a bioeconomia. Os produtos amazônicos movimentam 170 bilhões de dólares no mundo por ano e o Brasil participa com ínfimos 300 milhões de dólares, ou seja, não disputamos esse negócio maravilhoso que inclui o açaí, a castanha, a pimenta (entre outros) e que movimenta muito dinheiro.

Ninguém está propondo tirar as 90 milhões de cabeças de gado que já existem na Amazônia, mas vamos fazer um combinado? Parem a máquina de destruição, recuperemos o que já foi desmatado. Vamos melhorar a produtividade do que existe e deixar a bioeconomia da floresta em pé disputar esse mercado no qual o Brasil já possui os produtos, mas tem participação mínima para não dizer inexistente.



“ Por que bancos altamente tecnológicos não acompanham desmatamento em tempo real?”



Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real

Há um controle absolutamente falho, com regras frouxas e o que é pior, aquilo que chamamos de um controle cartorial, em plena época da informática. Os bancos de hoje são operações de serviços altamente tecnológicos. Por que então, na época da tecnologia, para liberar financiamentos os bancos querem documentos de papel e não estão com uma tela de computador conectada com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) acompanhando em tempo real onde o crime de desmatamento está acontecendo?

Um exemplo: o município de São Félix do Xingú tem o maior rebanho da Amazônia e é a cidade do interior do Pará que mais emite gás de efeito estufa. Como é que os bancos não monitoram o desmatamento para atuar preventivamente, ou pelo menos para suspender o financiamento naquela região onde pulsam focos de queimada, avermelhando a tela do computador?

Não, os bancos olham pelo retrovisor, não o que acontece na prática. E o papel do Banco Central também é cuidar da transição para a economia de baixo carbono, mas não teremos isso se continuarmos desmatando a Amazônia.

O Brasil pode fazer a diferença e para isso o debate sobre o financiamento é fundamental. Não vamos mudar a realidade dos graves problemas sociais e ambientais do país se não pararmos de destinar os recursos da sociedade para as atividades que destroem o patrimônio público. Esse é o nosso desafio, parar de financiar quem desmata.

SERGIO LEITÃO é advogado, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas. Foi diretor de Políticas Públicas e diretor de Campanhas do Greenpeace no Brasil, onde trabalhou por 10 anos. Foi fundador e diretor executivo do Instituto Socioambiental (ISA). Viveu em Nova Iorque por dois anos, época em que foi voluntário na Rainforest Foundation US. Foi assessor para temas sociais e ambientais do Ministro da Justiça, José Gregori, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Advogado do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e assessor jurídico do Projeto Estudo sobre Terras Indígenas (Peti) do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/RJ. Iniciou sua carreira como assessor para temas sociais da Arquidiocese de Fortaleza, quando trabalhou com o Cardeal Aloisio Lorscheider. Hoje vive em São Paulo.



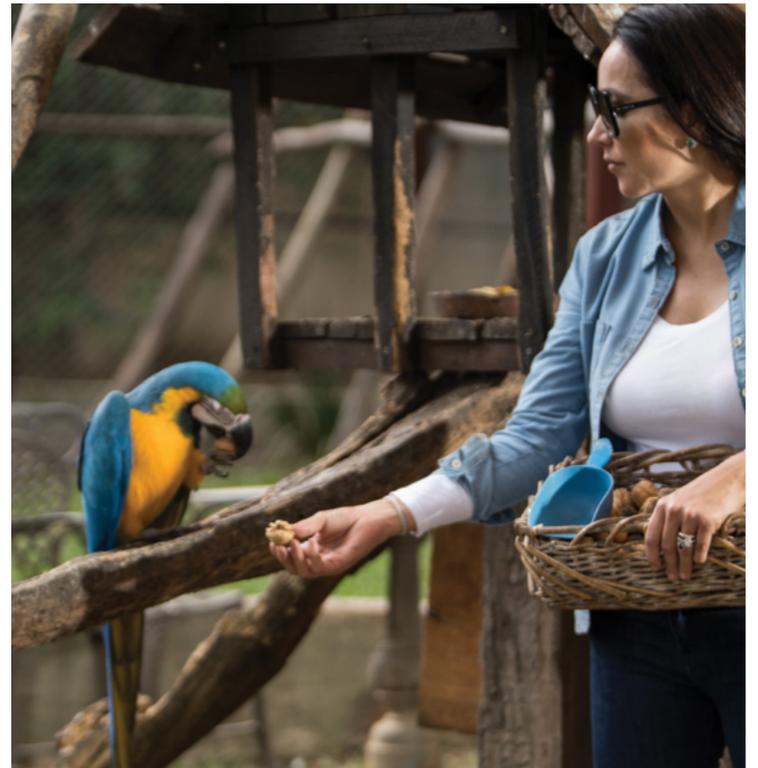
Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



Os animais abrigados pelo Instituto Raquel Machado são parte da minha família. Minha luta é para mudar a qualidade de vida e a história deles



RAQUEL MACHADO, MÉDICA DERMATOLOGISTA E FUNDADORA DO INSTITUTO RAQUEL MACHADO



Sou mineira e quando eu vim morar em São Paulo, 16 anos atrás, senti muita falta do contato com a natureza. Por isso compramos um sítio em Porto Feliz, interior de São Paulo, onde o antigo proprietário abandonou um cachorro e um papagaio. Era algo que eu não tolerava ver, aquela ave dentro da gaiolinha, e senti que precisava fazer alguma coisa por esse animal. Sou médica, não sou veterinária ou bióloga, então na minha cabeça poderia soltar essa ave.

Mas procurei orientação nos órgãos ambientais para saber o que poderia ser feito pois tinham me

falado que a ave estava lá 10 anos presa, não conseguia nem se mover, algo horrível. Foi aí que descobri a triste realidade dos animais que são apreendidos vítimas do tráfico e não têm para onde ir. Até então não sabia que tinham tantos animais que não poderiam voltar à natureza e isso era muito triste.

Construímos o primeiro recinto para essa ave, uma loura, e para receber outros papagaios. Recebi 18 papagaios de uma vez! Fui convivendo e aprendendo um pouco mais, descobri que papagaio é territorial, que brigam entre eles e tudo mais. Tive que construir um outro recinto para a loura porque

ela estava apanhando lá dentro. Depois passaram-se alguns anos e ela acabou falecendo.

Naquele recinto que ficou livre recebi tucanos. Depois fiz um outro recinto para periquitos e assim fui ampliando e fazendo outros recintos maiores e recebi araras. Aos poucos ampliei os espaços para elas poderem voar. A maioria não voava e hoje em dia praticamente todas voam.

Depois, com o surto da febre amarela, vários macacos ficaram órfãos no estado de São Paulo e me ofereceram filhotes de bugio. Saí correndo para construir outro recinto. Depois foram chegando

macacos-prego também e eu comecei a pedir recintos de presente para o meu marido. Ele me deu de presente de aniversário um recinto de macaco-prego, onde recebi filhotes vítimas do tráfico. Os animais foram chegando e cada vez mais vou ampliando, para que eles tenham uma qualidade de vida melhor do que tinham.

Eu sempre acho que não é o suficiente, porque o ideal é a vida livre. E sempre recebo ligações para abrigar mais animais. Neste momento, não posso mais receber nenhum porque meu objetivo realmente é dar uma qualidade de vida para eles.

“ Quem tem um mantenedor e quem convive sabe que macaco não tem como ser pet, pet é cão e gato ”





Hoje o Instituto está com mais de 20 macacos, todos eu recebi filhotinhos, foram tratados na mamadeira de 2 em 2 horas, um trabalho super de dedicação mesmo, eu tenho uma equipe maravilhosa, com um coração enorme que ama os animais. Os macacos crescem e vão tendo aquele instinto de animal silvestre, à medida que ficaram adolescentes, começaram a puxar meu cabelo com mais força, me morder com mais força, então já não era mais hora de entrar no recinto e sim deixar o convívio entre eles.

Mas as pessoas querem, acham bonitinho ter um macaco, colocam roupinha e tudo. Depois que crescem, viram um problema porque ele não pode conviver com ninguém da família, nem ser mais reintroduzido na natureza.

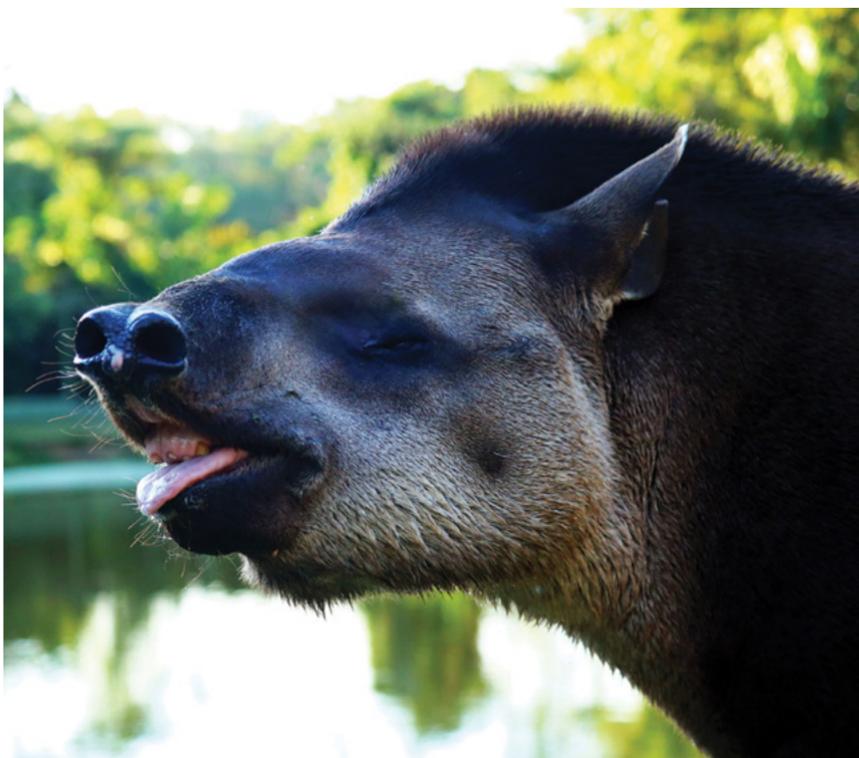
Eu mesma recebi a Vovó Elza, uma macaca que viveu 40 anos acorrentada, apreendida após uma

denúncia. Hoje em dia, com muito esforço e trabalho, ela convive em grupo. Temos que educar as pessoas e eu educo até as minhas pacientes quando estão falando sobre esse negócio de querer ter um macaco ou uma arara, então eu já começo a falar lá na hora.

Em parceria com o Projeto Arrastão, dei aulas e palestras para crianças e adolescentes, explicando a questão do tráfico de animais e os problemas todos que existem. Agora vamos começar um trabalho também de educação ambiental com as escolas de Porto Feliz junto com a prefeitura. O ponto número um é educação ambiental, porque enquanto houver pessoas comprando animais vai ter um tráfico e para acabar com isso, somente com educação. Se não gerar consciência nessas crianças e adolescentes, daqui 10 anos podem se tornar traficantes, é assim que acontece.



É possível fazer um trabalho de reintegração



Recentemente o instituto recebeu uma anta, o Orelha, que vivia em outro mantenedor que fechou e me pediram para recebê-lo. Eu cerquei um espaço com um lago e coloquei o Orelha lá. Quando ele chegou, ficava rodando ao redor do Lago e nem ia beber água, tivemos que colocar um recipiente com água pra ele. Hoje em dia ele nada, mergulha, voltou a ter o instinto. Por isso que realmente acredito que é possível fazer um trabalho de reintegração bem feito, avaliando as áreas, desenvolvendo um trabalho correto, não só soltando os animais no meio ambiente, mas ensinando a caçar novamente, a comer os alimentos certos, esse é meu objetivo hoje.

Fiz esse trabalho de mantenedor por mais de 10 anos como pessoa física, por paixão pelos animais. Parte do faturamento da minha

clínica sempre foi para essa causa e nunca divulguei isso. Como queria fazer algo que realmente tivesse um impacto maior para o meio ambiente e para a nossa fauna, resolvi criar o instituto. Fiz no meio da pandemia, com a ajuda de amigos e de pacientes que se tornaram amigas.

Meu dia está curto, 24 horas é pouco para mim. Eu realmente me encontrei, tive essa paixão pelos animais a vida inteira e é isso que eu quero fazer, só que tenho minha profissão como médica dermatologista, o que banca os meus projetos. Na medida que o instituto for crescendo e caminhando sozinho, vou poder diminuir os meus atendimentos. Por enquanto vou levando desse jeito, como eu posso, mas quem sabe daqui uns 5 ou 10 anos poderei dedicar todo o meu tempo às causas ambientais.

Atualmente o Instituto Raquel Machado abriga mais de 200 animais resgatados de tráfico e maus tratos. Além da área em Porto Feliz, interior de São Paulo, o Instituto mantém a RPPN do Saci que protege 178 hectares de Mata Atlântica no limite do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul. Nessa reserva, são realizadas pesquisas científicas, monitoramento da fauna e projetos de reabilitação e soltura de animais silvestres. Ela também é proprietária da Fazenda Santuário, também em Bonito (MS), onde uma parte significativa da área está sendo convertida em RPPN, abrigo de áreas de Cerrado e Mata Atlântica.

Raquel Machado ainda é uma das coproprietárias da Fazenda Santa Sofia, no Pantanal, que integra um corredor biológico para futuros projetos de reintrodução de fauna silvestre. Recentemente o instituto iniciou atuação na Região do Rio Azul, no Pará, com conservação de 6 mil hectares de floresta. Raquel também integra o Projeto Bonito Não Atropela com ações para reduzir o atropelamento de animais silvestres nas rodovias.



Descubra as abelhas nativas da Mata Atlântica

MELIPONAS

A Meliponas é uma startup ecológica focada exclusivamente em abelhas nativas do Brasil. Nosso objetivo é a conservação e multiplicação das colmeias nativas em seus biomas, e com a parceria dos produtores locais, comercializar seus méis e própolis.

Conheça nossos produtos e acesse o site para saber mais.





MEL DE GUARAIPO
Melipona bicolor
Sabor frutado e delicado



MEL DE JATAÍ
Tetragona angustula
Sabor marcante e peculiar



MEL DE MANDAIA
Melipona quadrifasciata
Sabor cítrico e suave



MEL DE TUBUNA
Scaptotrigona bipunctata
Sabor adocicado e intenso



PRÓPOLIS DE ABELHAS NATIVAS

Pesquisas científicas comprovam que a própolis de abelhas nativas é anti-inflamatória, antioxidante, anestésica, bactericida e cicatrizante.



COSMÉTICOS COM PRÓPOLIS E MEL

Cuide da sua pele com o melhor que a natureza tem para oferecer! Pomada hidratante e balm labial com certificação Cruelty Free!!

Use o código **ojc2021** em nosso site e ganhe 10% de desconto!

Acesse e saiba mais: [MELIPONAS.COM.BR](https://www.meliponas.com.br)

Pousada e Café das Meninas

Tradição em Charme e aconchego em pura harmonia com a natureza



Praia do Farol das Conchas - Ilha do Mel, Paraná

Fone: 55 41 34268023

contato@pousadadasmeninas.com.br

www.pousadadasmeninas.com.br



Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



Tamanduás contam uma história evolutiva, da qual também podemos fazer parte



FLÁVIA MIRANDA, COORDENADORA DE PESQUISA DO INSTITUTO TAMANDUÁ

Para elaborar um projeto de conservação precisamos de metas e objetivos ou nos perdemos. O Instituto Tamanduá trabalha com história evolutiva, genética e áreas prioritárias. Nós temos três bases físicas. A primeira é no Delta do Parnaíba, Piauí, porque descobrimos que aquela área e aquele mangue são extremamente importantes por serem uma ponte, entre a Mata Atlântica nordestina e a Amazônia, para várias espécies.

Lá o projeto atua com monitoramentos do tamanduá (Cyclopes didactylus) e reflorestamento de mangue, com muito envolvimento de moradores e da comunidade pesqueira.

Antigamente era conhecida só uma espécie do tamanduá. Com



o trabalho que desenvolvemos nos últimos anos, descrevemos 6 novas espécies. Além de bem pequeno, ele é um dos mais antigos dos tamanduás. A radiação adaptativa

- quando surge uma nova espécie - ocorreu em torno de 33 milhões de anos atrás.

O interessante é que esses animais são exclusivos da América

Latina e um dos mamíferos mais antigos que tem placenta. Existem hipóteses que eles são a base dos placentários, então estudar essas espécies de tamanduá justifica-se não são só porque eles são lindos, mas porque contam uma história evolutiva, da qual também podemos fazer parte.

Para descrever as novas espécies, foram mais de 10 anos de pesquisa, trabalhando e coletando material. Lembro que na Amazônia levamos dois anos só para conseguir capturar o primeiro animal. Eu brinco que a gente olhava e chacoalhava o galho, se não fosse marimbondo, era tamanduá. Hoje em dia a equipe já o reconhece de longe, pela textura do pelo que é um pouquinho diferente da folha.

TAMANHO - O tamanduá é a menor das espécies de tamanduá do mundo, com cerca de 30 centímetros e vive apenas em árvores. O tamanduá-mirim é o meio-termo quanto ao tamanho e anda tanto no solo quanto nas árvores. O tamanduá-bandeira é o maior deles e tem distribuição bastante ampla no Brasil. Mesmo assim, há pouquíssimo conhecimento sobre a espécie. O trabalho desenvolvido no Delta do Parnaíba monitora e levanta dados dessa espécie no Piauí.

“*Ao preservar símbolos da fauna, também protegemos outras espécies que estão no mesmo habitat*”

Na Bahia trabalhamos com a preguiça-de-coleira, espécie ameaçada de extinção e que ocorre só no Brasil. É extremamente importante a preservação dessa espécie-símbolo, animal que só ocorre na Mata Atlântica.

Estamos lançando uma loja física em Ilhéus, onde também fica o laboratório junto à Universidade Federal de Santa Cruz. Lá tenho vários alunos sob orientação de mestrado e doutorado que fazem parte da equipe. É uma base onde recebemos amostras e armazenamos o material para quem quiser estudar ao longo dos anos. Há amostras com mais de vinte anos, catalogadas e congeladas, à disposição para pesquisa.

Focamos em espécies-chaves, ou espécies guarda-chuva porque preservando símbolos da fauna também protegemos outras espécies que estão no mesmo habitat.



Preguiça-de-coleira. Foto: divulgação Instituto Tamanduá

Trabalhar em campo com as preguiças é um esforço muito grande, às vezes elas estão em árvores a 40 metros de altura. Precisamos avaliar se é possível capturar, se o galho não é muito fino ou se a árvore não está

podre, porque podemos subir e cair. Os mateiros são os nossos parceiros. Eles passam uma fita guia, montam todo o equipamento de rapel para subir, capturar o animal, colocar em um saco de pano e descer.

Fazemos a anestesia e o procedimento todo no chão. Com a coleta de sangue, temos exames de saúde, check up geral e exame genético. O animal recebe um microchip, como se fosse uma identidade para sempre, e rádio-colar para monitorar. O procedimento demora em torno de 40 minutos, então uma injeção reverte a anestesia e a preguiça já volta para a mesma árvore.

A partir daí começa nosso projeto de estudo. É possível ver quais áreas esse animal precisa, em quais árvores se alimenta e quais são as reais ameaças. Tudo vai para o Plano de Ação Nacional do ICMBio e o plano de manejo internacional da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), também responsável pela atualização da Lista Vermelha dos animais ameaçados de extinção.



Órfãos do Fogo: o projeto é lindo, mas a causa é muito triste

No Pantanal trabalhamos diretamente com o tamanduá-bandeira, mas existe também a questão dos incêndios. Em 2019 e 2020 o Pantanal queimou bastante, foi realmente algo com muito impacto. Reabilitamos os órfãos das mães queimadas ou que morreram atropeladas fugindo do fogo. Trabalhamos forte nesse projeto para reintroduzir esses filhotes e dar uma segunda chance a eles.

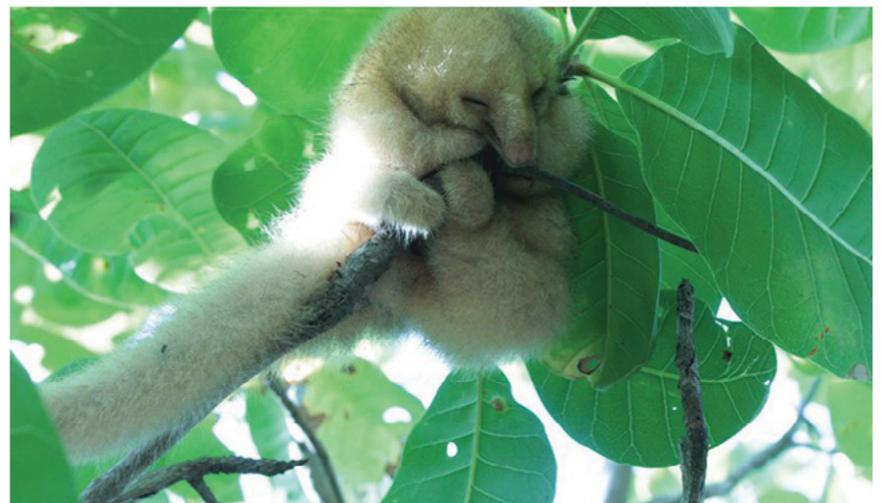
Nós criamos, no Mato Grosso do Sul, um Grupo de Resgate Técnico Animal Cerrado Pantanal (GRETAP) com várias instituições unidas para esse trabalho, inclusive o Conselho Regional de Medicina Veterinária. Conseguimos resgatar poucos animais do fogo, porque é algo que realmente devasta tudo. Mas muitos filhotes chegaram até o Centro de Reabilitação de Animais Selvagens de Campo Grande do Imasul, do qual somos parceiros.

Nesse começo trabalhamos com 10 animais para reintrodução na natureza. Para isso, o primeiro passo foi fazer um levantamento genético da população de tamanduá-bandeira no Brasil, depois diminuimos e fizemos uma análise mais detalhada no Pantanal, depois no Pantanal de Mato Grosso do Sul e assim selecionamos determinadas áreas.

Fizemos análises de saúde, que são importantíssimas, e agora os animais estão em fase de reabilitação. Construímos recintos nas áreas selecionadas e alguns dos animais estão lá. Quando eles chegarem aos 20 quilos, vão receber um rádio-colar e vamos monitorá-los por três anos na natureza.



Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) Foto: divulgação Instituto Tamanduá



Tamanduáí (*Cyclopes didactylus*) Foto: divulgação Instituto Tamanduá

“*Conservação é feita por várias pessoas, eu brinco que é uma corrida de bastão*”

O trabalho é infinito, quando um cansa, passa o bastão para o outro. Sou fã número um de todos que trabalham e dedicam seu tempo, porque o instituto tem muita gente contratada, mas também tem muitos voluntários, pessoas que acreditam no projeto de conservação de fauna.

O terceiro setor vem para trabalhar em cima das lacunas que o governo e a sociedade privada não estão conseguindo fazer. A ONG Instituto Tamanduá é de todos nós. Está

super aberta para quem quiser ser voluntário, apoiar o projeto, conhecer mais as espécies e as nossas bases. Estamos abertos a visitação.

Sou professora universitária e eu estou aqui por acreditar na causa. Precisamos pensar no coletivo, lembrar que essas espécies existem há 65 milhões de anos e nós chegamos agora, há um milhão de anos. Precisamos dividir espaço e garantir a manutenção do ecossistema em equilíbrio. Se desequilibrar, não sabemos o que pode acontecer.

FLAVIA MIRANDA, fundadora e presidente do Instituto de Pesquisa e Conservação de Tamanduás, é médica veterinária, pós graduada em Manejo de Fauna pela Universidade de Tolima (Colômbia) e em Clínica Médica pela Universidade Santo Amaro. Mestre em ecologia pela Universidade de São Paulo-USP. Doutoranda em Zoologia na UFMG. Membro do Grupo de Especialistas em Xenarthros da IUCN. Atua na área de manejo e conservação de animais selvagens. Atuou como pesquisadora colaboradora em projetos em diferentes países da América Latina, Namíbia, África do Sul e Antártica.

PROGRAMA
Justiça & Conservação

O PROGRAMA JUSTIÇA E CONSERVAÇÃO LEVA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, OUVINDO PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE SÃO REFERÊNCIA EM TODO O BRASIL. UM ESPAÇO DE DEBATE E INFORMAÇÃO, ONDE ABORDAMOS DIVERSOS TEMAS RELACIONADOS À ÁREA AMBIENTAL E OUTROS ASSUNTOS DE DESTAQUE NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL.

ACOMPANHE DE SEGUNDA A SEXTA, DAS 8 ÀS 9H

  @justicaeco

Rádio Cultura
CURITIBA 930KHZ



Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



SANTUÁRIO DE ELEFANTES BRASIL, UMA NOVA VIDA PARA ANIMAIS EXPLORADOS POR DÉCADAS



DANIEL MOURA, BIÓLOGO E DIRETOR
DO SANTUÁRIO DE ELEFANTES BRASIL

O Santuário de Elefantes Brasil surgiu com uma ideia embrionária para tentar oferecer abrigo a esses animais, tanto do Brasil, quanto da América do Sul, para que pudessem ter uma segunda chance e recuperar minimamente as condições físicas e psicológicas que foram muito abaladas durante décadas de exploração extrema.

A ideia surgiu em 2010 e o projeto começou a ganhar corpo em meados de 2013, quando visitamos várias fazendas pelo país, para decidir onde faríamos um santuário de elefantes. Mas por que o Brasil? Por que elefantes? Porque aqui ainda existem em torno de 15 elefantes que foram parar em zoológicos após apreensões. Quando começamos esse projeto, havia quase 30 elefantes, em situação completamente inadequada para o comportamento da espécie, sem as necessidades básicas atendidas. A maioria era de circos, caso dos cinco animais que estão sob nossos cuidados hoje.



“ *A média de vida de um elefante em vida livre é de 60 a 70 anos. Algumas exceções chegam a 80 anos* ”

A escolha do Cerrado foi certa, é o melhor lugar que poderíamos ter escolhido

O Santuário de Elefantes Brasil fica na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso. Mapeamos uma terra apropriada para receber tanto elefantes asiáticos quanto africanos porque são animais com comportamentos e alimentação distintos. Chegamos ao Cerrado depois de mais de uma centena de propriedades visitadas, em várias regiões do país. Foram muitos anos procurando.

O Cerrado tem uma configuração muito peculiar, com onze tipos de vegetações distintas e a área, por ser muito ampla, faz divisa com o Pantanal e com a Floresta Amazônica. Levamos em consideração o regime de chuva e seca para abastecer e também cuidar desses elefantes em situações extremas.

Para a escolha, contamos com especialistas em elefantes como Scott Blais, que hoje é presidente do projeto e um dos co-fundadores do Santuário de Elefantes no Tennessee (EUA). A instituição tem mais de 25 anos e uma expertise única em elefantes em cativeiro.

Os Estados Unidos possuem uma legislação ambiental muito fraca se comparada com a do Brasil. Lá há muito mais animais precisando de ajuda do terceiro setor e de pessoas para intervir em alguns casos.

A construção do Santuário no Brasil começou em 2014 e, 2 anos depois, recebemos a Maia e a Guida juntas. Elas viviam acorrentadas na fazenda de um circo, no interior de São Paulo. Foi um resgate bem difícil e depois não paramos mais, de 2016 até 2021 fizemos sete resgates no Brasil, no Chile e na Argentina.

Se der tudo certo com as questões burocráticas, em breve virão mais duas meninas, a Pocha e a Guilhermina que são mãe e filha. A Guilhermina não foi explorada por circo, mas também nunca saiu de dentro de um recinto de zoológico. Queremos dar oportunidade para essa jovem, de vinte e poucos anos, de viver com dignidade. Provavelmente será a elefanta mais jovem na América do Sul.

A média de vida de um elefante em vida livre é de 60 a 70 anos. Algumas exceções chegam a 80 anos, isso sem ter caçadores, conflito humano e exploração para transporte ou turismo. Em cativeiro, essa média não chega a 30 anos, filhote em cativeiro é um desastre, reprodução de elefante em cativeiro é muito difícil e arriscada. Então, nossas meninas são guerreiras e queremos oferecer qualidade de vida e dar autonomia para elas socializarem. É emocionante vê-las interagindo, elefantes que nunca se viram na vida, depois de 50 anos, formando um grupo social.

No santuário, oferecemos espaço e autonomia alimentar, cognitiva e de socialização. Na verdade, ficamos só observando os sinais, se precisam de algum suporte, sem interferir nessas relações. É isso que eles precisam. Não é só soltar os elefantes e pronto. Existe todo um trabalho técnico que envolve de tratamento veterinário ao processo de condicionamento ao ambiente.



Temos interesse em receber todos os elefantes da América do Sul, sem exceção, mas existem obstáculos

Antes mesmo de construir o santuário, foi feito um mapeamento dos elefantes no Brasil. Visitamos praticamente todos os elefantes em zoológicos e fizemos uma avaliação da condição de vida que eles tinham, conversando com as equipes técnicas. Fomos bem recebidos e tivemos acesso ao pouco histórico que havia dos animais, porque a maioria vem de apreensão.

Nesse mapeamento foi possível identificar problemas muito sérios de saúde. Por exemplo, a Lady que já está sob nossos cuidados, tem um problema crônico na pata, uma infecção no osso sem cura que precisa de tratamento paliativo para a dor para que ela tenha uma qualidade de vida melhor. A Maia e a Guida estavam acorrentadas numa fazenda e precisavam ser retiradas imediatamente daquelas condições extremas.

Já com a Rana foi um caso diferente, procuraram o santuário para entregá-la. Estamos construindo o recinto dos machos asiáticos, então logo poderemos receber o Sandro e o Tamy que estão na Argentina. Há todo um planejamento de quem seria a prioridade, mas eventualmente aparece a oportunidade de trazer um outro que não podemos perder. Temos vontade de trazer todos ao mesmo tempo, mas isso é impossível, o santuário tem que crescer, adaptar-se e o processo burocrático é bem moroso, até frustrante às vezes.

Elefantes asiáticos e africanos não vivem juntos, devem estar separados. Machos e fêmeas não convivem na natureza, se encontram apenas para reprodução, logo também têm que estar separados, então temos que ter vários recintos.

Além disso, para cada elefante que chega, precisamos aumentar e treinar as equipes, habituar os elefantes até tudo estar seguro, um processo contínuo e devagar, feito dia a dia porque pode existir uma tensão e precisamos saber quando é hora de deixar cada um mais afastado. É sobre entender o comportamento dos animais e intervir apenas quando necessário.

Existem mais fêmeas em cativeiro no Brasil já que é muito mais fácil explorar elefantas asiáticas fêmeas, porque elas não têm o marfim, são de menor porte e mais dóceis. Os machos são mais agressivos e não permitem tanto a doma, então foi muito mais fácil para os circos explorarem essas fêmeas ao longo da história. Então começamos com elas que tinham condição de saúde pior.

Os recintos são específicos e exclusivos, para cada animal que chega é preciso construir um outro recinto. As fêmeas asiáticas ocupam 28 hectares e vamos expandir para 90 hectares. Já começamos a mexer com documentação e licenciamento para que tenham um fragmento de vida livre para explorar.

Vamos receber a Pocha e a Guilhermina e já estamos construindo o recinto de machos asiáticos. Assim que terminarmos a quantidade suficiente de hectares para recebê-los, entraremos com o pedido de licenciamento na Secretaria do Meio Ambiente. É feita a vistoria para a licença de operação e autorização de manejo. Aí sim podemos buscar o Tamy. Ele está ali na ponta da agulha para vir!

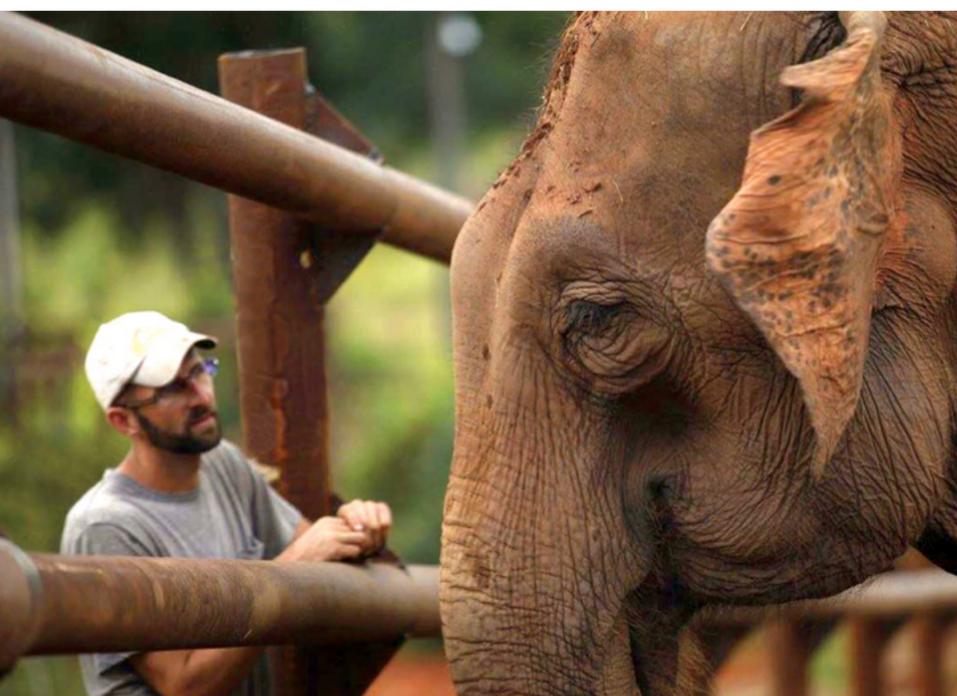


O transporte de um elefante envolve muitas licenças ambientais de órgãos estaduais e federais de dois países. O animal fica em quarentena e passa por exames para saber se não vai transmitir nenhum tipo de doença para a fauna do Brasil. É importante que existam essas leis, porém, tornam o processo muito lento. Envolve Ibama, Ministério da Agricultura, Receita Federal e temos que provar que não é uma desculpa, uma mentira, para comercializar e explorar elefantes.

A viagem é um aparato de guerra, muito complexa, envolve muitas pessoas e todo o comboio. São quatro a cinco dias de percurso e vários dias antes para a acomodação desses animais na caixa de transporte. Todo mundo tem que estar atento, com pessoas experientes, porque sempre podem acontecer coisas distintas.

Foi um processo muito difícil convencer todo mundo que a Ramba, primeira elefanta vinda de fora do Brasil, era com o objetivo de proteger. Depois que conseguimos, as coisas estão caminhando bem. Estamos preparados para frustrações se não der certo, porém somos insistentes e vamos trazer os outros.

Não pretendemos reproduzir os elefantes nem se estivessem em total condições de reprodução



Eles não são do Brasil, vieram para a finalidade de exploração, assim como uma série de outros animais exóticos em cativeiro, como ursos, leões, tigres, hipopótamos e rinocerontes. São animais exóticos de grande porte que chamam atenção sempre, mas não tem elefantes no Brasil, temos que conservá-lo na natureza, lá na Ásia, na África, onde estão extremamente ameaçados. Não tem programa de conservação para eles no Brasil, então não faz sentido permitir a reprodução aqui.

Temos espaço para receber todos os elefantes, a propriedade do santuário tem 100.000 hectares de cerrado e de floresta. Boa parte era parte de agropecuária e acabamos pegando essa área que já está recuperando onde o gado degradou tudo. Com a presença dos elefantes, floresceu tudo, porque eles são super jardineiros e atraem outros animais silvestres que acabam dispersando sementes de várias frutas e trazendo insetos que polinizam.

Não pretendemos trabalhar com outros animais exóticos, só com elefantes, porém, naturalmente já trabalhamos com animais silvestres nativos, o que é muito importante. O Santuário firmou parceria com a Secretária de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso, que reabilita e encaminha animais para soltura, como veados e a anta Jorge que eventualmente ainda aparece por lá. O local se tornou uma área de segurança para muitos animais silvestres em vida livre, um refúgio natural para a fauna.


[Clique aqui e confira a entrevista na íntegra](#)


Movimento dos Atingidos por Barragens, uma longa história de lutas, conquistas e combate às injustiças sociais



ROBSON FORMICA, MEMBRO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MAB



A luta dos atingidos por barragens surgiu na década de 1970, referente a um contexto de opressão. Era um período de exceção com um projeto da ditadura militar que previa construções de grandes obras para o desenvolvimento das forças produtivas, da estrutura e das forças armadas brasileiras. Foram construídas várias obras de porte nacional, nas regiões norte, nordeste e sul, que impactavam e ameaçavam as populações locais, principalmente hidrelétricas que causavam um conjunto de reações.

O povo brasileiro vivia um período de insatisfação, em uma conjuntura muito parecida com a que vivemos no Brasil hoje, com inflação muito alta, salários achatados, condições de vida muito difíceis e poder econômico reduzido. As pessoas viviam com muitas dificuldades para dar conta de suas necessidades básicas e de suas famílias. Havia ainda uma opressão e uma falta de liberdades políticas e de participação muito grande.

Esse contexto contribuiu com a organização e a articulação do povo, para se levantar neste momento frente a essas injustiças, porque as pessoas eram expulsas das suas terras, sem indenizações e sem reconhecimento dos seus direitos. Isso foi criando articulações que no início eram regionais, às vezes por barragens, às vezes por bacias hidrográficas.

No Paraná houve o movimento dos atingidos da Hidrelétrica de Itaipu. Na Região Norte, os atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará. Ocorreu ainda o caso da Hidrelétrica de Balbina, no estado do Amazonas. Na região nordeste teve a articulação das populações atingidas pelas obras da construção Hidrelétrica de São Francisco. Na Região Sul, as comunidades ameaçadas e atingidas pela construção das usinas do Rio Ribeira, como o Tijuco Alto.

Esses projetos não dialogavam com as necessidades reais, concretas e materiais da população que vivia nessas regiões porque eram construções para atender a demanda de energia elétrica das grandes empresas, especialmente das grandes corporações transnacionais, ligadas a mineração, metalurgia e siderurgia. Ainda há casos como esses, uma situação que perdura.

Recentemente vimos o apagão no estado do Amapá, onde há usina hidrelétrica que produz muitíssimo, mas o próprio estado do Amapá não está interligado ao sistema nacional de energia elétrica. Essas populações que sofrem os impactos das barragens nem sequer têm acesso à eletricidade ou àquela energia produzida. A produção é exportada para os grandes centros de consumo e industriais. Os interesses das populações locais e regionais não são levados em conta.

Nós do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, temos discutido a necessidade da mudança do modelo energético. No Paraná, por exemplo, há várias bacias hidrográficas e rios sendo fatiados, sem um grande projeto. Estão fazendo dezenas de pequenas centrais hidrelétricas e, quando fazemos a discussão, chamamos a atenção para o modelo energético, não é necessariamente a matriz energética.

A matriz é o jeito que se produz, se ela é solar, eólica, hídrica ou se é de combustível fóssil. O país desconsidera esse debate muito importante para que a matriz seja limpa, sustentável, ambientalmente de baixo impacto, socialmente adequada e justa, no ponto de vista da relação social que se estabelece e dos impactos que ela causa nas populações.

“ *Nós do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, temos discutido a necessidade da mudança do modelo energético* ”



O fundamental para o MAB é o modelo energético. Para que se produz energia, como se produz e quem se beneficia da energia em si e do resultado econômico que ela gera?



Na sociedade brasileira e mundial, em grande parte, há um modelo que não visa satisfazer as necessidades reais do povo. Primeiro porque muita gente não tem nem acesso à eletricidade; segundo porque essa eletricidade, no fim da cadeia produtiva, gera exploração do povo, além dos impactos ambientais e sociais das obras que são necessárias para o modelo funcionar. E por fim ela visa centralmente o lucro, não é um bem público, não é direito do povo.

Como mercadoria, a eletricidade necessariamente vai causar exploração, causar exclusão e profundos impactos ambientais porque o objetivo central deste modelo é o lucro.

Temos nesse modelo uma crise energética que é resultado em alguma medida da falta de chuva, mas não totalmente. A partir dos estudos que realizamos e dos dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o que ocorreu no Brasil no último ano foi o esvaziamento dos reservatórios que já estavam baixos, para criar uma crise hídrica artificial que justificasse o aumento das tarifas nesse período.

Por que os preços aumentaram e chegamos a bandeiras extraordinárias, amarela, vermelha e tudo

mais? Porque as empresas do setor têm como objetivo central o lucro a todo custo, então encontraram uma justificativa na densidade menor de chuva.

Já vivemos crises mais intensas de estiagem, mas agora na pandemia as empresas, tanto de água quanto de energia, quiseram recuperar e aumentar os seus lucros, à custa da superexploração do povo brasileiro que está na miséria, em plena crise econômica e social.

Também à custa das populações atingidas e sem o reconhecimento dos seus direitos e dos territórios onde elas vivem. À custa da degradação, da destruição do meio ambiente, com a construção de linhas de transmissões pegando áreas de preservação, importantíssimas para a nossa biodiversidade. Isso é feito porque este modelo tem como objetivo o lucro e não as necessidades das pessoas.

Nossa visão do que está ocorrendo é um crime contra a população brasileira, vai contra uma visão de sustentabilidade, uma visão de preservação, de conservação, um modelo que cuide do meio ambiente e do povo.

O setor energético brasileiro está quase todo privatizado. A primeira

rodada de privatização foi em 1997/1998 durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Até então a energia elétrica era um serviço público, ou seja, o governo detinha as concessões através das empresas estatais, federais ou estaduais, e cobrava pelo investimento das obras que realizava, mais o custo da operação do sistema de manutenção e mais uma taxa média de retorno. Isso criava o cálculo do preço da energia.

Com o processo de privatização, a energia passa a ser uma mercadoria como se fosse um commodity, tomando como referência o preço da energia no mercado internacional, onde o padrão de geração, a matriz, são os combustíveis fósseis que têm um custo muito mais elevado. Mas como o Brasil produz energia de hidrelétricas majoritariamente, quase 60%, quem está no controle pode vender a energia vinda de fontes hídricas como se fosse produzida por térmicas. Sendo assim, esse sistema proporciona uma taxa extraordinária.

Por exemplo, a ENGIE, maior geradora privada do Brasil, comprou partes das usinas da Eletrosul, companhia federal que atua no Sul, que controla todas as usinas da Bacia do Rio Iguaçu, Salto Santiago e Salto Osório. A empresa pretende controlar Foz do Areia, que é a maior usina hidrelétrica da Bacia do Iguaçu.

Para entender, porque a hidrelétrica é tão mais barata, a mesma água que gera energia em Foz de Areia - a primeira usina do Rio Iguaçu - vai gerar depois em Salto Segredo, depois em Salto Santiago, depois em Salto Osório, depois em Salto Caxias e vai gerar depois na usina elétrica Baixo Iguaçu. Ou seja, como o rio tem seis barramentos, a mesma matéria prima vai produzir energia seis vezes. Já

nas térmicas, sejam de carvão ou mesmo nuclear, a matéria prima que é utilizada uma vez apenas.

A água proporciona uma eficiência muito maior, além da própria eficiência tecnológica. Quando passa na turbina, a água gera movimento e vira eletricidade com eficiência superior a 90%, as térmicas têm em torno de 30% a 40%. O problema é que isso está completamente dissociado de uma estratégia e de uma política energética que visem abastecimento, soberania nacional e atendimento às necessidades do povo brasileiro em saúde e educação, porque o resultado econômico disso poderia ser o princípio dessas águas.

A Copel, por exemplo, é uma empresa pública, mas sua operação, sua gestão e sua política são tão privadas quanto as empresas privadas. O controle exercido pelo capital financeiro submete as empresas a uma forma de gestão que tem que garantir lucro para os acionistas. É isso que vem ocorrendo, com tarifas cada vez mais caras para garantir o insaciável desejo de lucro dos seus acionistas e controladores privados que colocam os governos de plantão e seus gestores como seus empregados para garantir esses interesses.

Os seus acionistas sequer sabem onde fica o Paraná, mal sabem onde fica o Brasil, possivelmente, e nos controlam e nos submetem a níveis de exploração tão brutais que não são mais admissíveis.



Mariana e Brumadinho

Foi um crime sem precedentes na história do Brasil, talvez na história da humanidade, o que ocorreu em Brumadinho e Mariana (MG). Os defensores da privatização dizem que as empresas privadas são mais eficientes, a gestão é mais racional e elas são mais equilibradas. Em Brumadinho e Mariana, a única casa construída até agora para as populações atingidas, foi feita em mutirão, coordenado pelo MAB, para mostrar que é possível construir e reparar os danos.

O problema é que essas empresas não querem reparar os danos, pois já sabiam que havia riscos elevadíssimos de rompimento de barragens. Mas parar a produção ou desativar

aquelas minas geraria “mais prejuízos” do que se essas barragens matassem centenas de pessoas e devastassem bacias hidrográficas importantíssimas. O cálculo é o lucro. Até porque depois do acontecido os lucros da Samarco e da própria Vale aumentaram.

Veja o absurdo daquelas comunidades e daquelas duas importantes bacias hidrográficas, completamente destruídas e ninguém dos gestores está condenado nem preso. Ninguém está com os bens bloqueados, nem as pessoas, nem as empresas. Ou seja, uma completa injustiça com o povo naquela região e com o povo brasileiro, porque a Vale era uma empresa pública estatal que foi privatizada.





Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



O impacto dos atropelamentos é muito massivo e crônico, o que ameaça gravemente a fauna brasileira



FERNANDA ABRA, BIÓLOGA DA VIAFAUNA

A estrada ideal para mim, é uma estrada que considera todas as dinâmicas do seu entorno, levando em conta a presença da fauna, da natureza, das florestas, da água e do social também. Uma estrada que tenha o mínimo de interferência possível sobre esses componentes e que seja segura o suficiente tanto para os animais, quanto para as pessoas.

Os números são impactantes. Todos os anos morrem em média 39.600 indivíduos de mamíferos silvestres nas rodovias do estado de São Paulo, o que inclui mais de 5.000 capivaras, mais de 6.000 cachorros-do-mato, 50 onças-pardas e 150 lobos-guarás.

Do ponto de vista biológico, esse é um impacto muito grave para a fauna brasileira, somente em um estado brasileiro. Além dos mamíferos, isso acontece também com anfíbios, répteis e aves. O Brasil é gigantesco e de fato o impacto dos atropelamentos é massivo e crônico, o que ameaça gravemente a fauna brasileira.

Do ponto de vista da segurança humana, entre 2003 e 2013, foram

registradas quase 30.000 colisões envolvendo animais em rodovias no estado de São Paulo. Todos os anos há quase 700 pessoas que ficam gravemente feridas e 20 pessoas morrem em decorrência dessas colisões.

Muita gente acha que a luta para reduzir os atropelamentos é uma luta de ambientalista abraçador de árvores, e não é isso, é uma questão muito importante do ponto de vista biológico, obviamente, mas que tem sérios impactos à segurança humana.

O objetivo primeiro da administração de uma rodovia é transportar pessoas e coisas em segurança. A partir do momento que um projeto rodoviário não contempla essa dinâmica com a fauna, isso é muito grave do ponto de vista da segurança operacional e da segurança de tráfego. Então rodovias que contenham medidas de mitigação para reduzir atropelamentos de fauna, são diretamente relacionadas a rodovias mais seguras para as pessoas que usam todos os dias esse tipo de empreendimento.

E não menos importante, os impactos econômicos. Imagine só que atropelar um veado, uma anta ou um tamanduá-bandeira é um acidente grave. Tem proporções maiores e obviamente são necessários recursos humanos para retirar um carro da pista, recolher uma carga que foi derramada, atender feridos, levá-los ao hospital, dar atendimento

pré-hospitalar, hospitalar, pós-hospitalar e traumático. Custa dinheiro.

Pela valoração que fizemos de todos esses acidentes, o custo anual à sociedade paulista é de 56 milhões de Reais, uma oneração que poderia ser reduzida e esses recursos serem repassados a outras prioridades na nossa sociedade.



“É sobre colocar a tampa no ralo, para que esses animais que já são ameaçados não sofram tanto com o impacto dos atropelamentos”

#BonitoNãoAtropela



Em Mato Grosso do Sul, participo do movimento Bonito Não Atropela, que começou com mulheres fantásticas: Raquel Machado (Instituto Raquel Machado), Angela Kuczach (Rede Pró UC) e Juliana Camargo (Ampara Silvestre). E o movimento cresceu. Queremos propor soluções para redução de atropelamentos nos viários que servem ao município de Bonito, afinal de contas, é a capital do ecoturismo no Brasil, um paraíso brasileiro, onde se vê um total desrespeito em relação a essa mega biodiversidade. São muitos atropelamentos, o que é incompatível com a vocação do município.

Imagina que o turista desce no aeroporto de Campo Grande todo feliz para ver natureza, observar fauna e nesse trajeto vê é uma mortalidade absurda, uma carnificina, com carcaças e mais carcaças sendo depositadas na lateral das rodovias.

É um ralo complicado. O que precisamos é

uma mudança de conceito, uma mudança cultural de como o Brasil tem planejado, implantado e operado suas rodovias.

Imagina que na década de 1980, quando sofremos o boom da expansão rodoviária ninguém nem falava de impactos ambientais, então existe um descompasso de todo o impacto ambiental que foi causado no passado e agora as formas de entender esse impacto e mitigar.

A questão de resolver os atropelamentos é um assunto multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar. Não é o biólogo que vai resolver esse problema, é a aliança entre vários profissionais da biologia, da ecologia, junto com a engenharia civil, a arquitetura, enfim, com muitos profissionais trabalhando juntos.

Além disso, é muito necessário fortalecer as agências ambientais - estaduais, municipais e federais - para garantirmos a qualidade e a quantidade das medidas a serem implementadas nos próximos anos.



OJCI *indica*

Livros



O sauím isso e aquilo

Acaba de ser lançada mais uma obra do casal de biólogos Maurício Noronha e Dayse Campista, e do jornalista Marcus Pimenta que inovam na abordagem sobre a necessidade da conservação do sauím-de-coleira, que além de ser o mascote oficial da cidade de Manaus, encontra-se ameaçado de extinção.

Neste livro, o simpático morador da Floresta Amazônica, abre as portas do seu mundo convidando as crianças para conhecê-lo. Os textos divertidos, escritos

em poesia e prosa, são ricamente ilustrados por Cris Eich. Os autores, ainda criaram uma plataforma multimídia para garantir o acesso gratuito ao livro no formato ebook e videobook. Acesse (osauimissoeaquilo.com.br)



Comendo o Planeta Impactos ambientais da criação e consumo de animais

O livro mostra as relações entre a criação de animais para consumo e as atuais crises ambientais. Em linguagem fácil e edição muito bem ilustrada, Comendo o Planeta é um excelente guia para entender as relações entre a criação de animais para consumo e as atuais crises ambientais. As informações por ele apresentadas têm o respaldo de estudos científicos recentes e dados oficiais de instituições governamentais e de pesquisa. Está disponível para download gratuito no site da Sociedade Vegetariana Brasileira.

<https://materiais.svb.org.br/impactos-ambientais>

Podcast

Ciência e conservação - DesAbraçando árvores



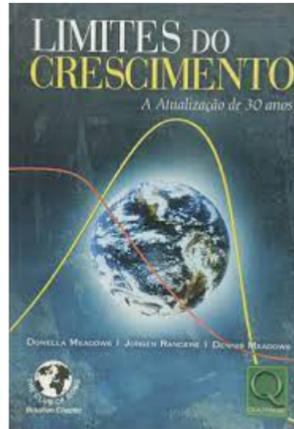
O casal de cientistas Fernando Lima e Miriam Perilli apresentam o podcast sobre ecologia e biologia da conservação de uma forma bem humorada e trazendo a dimensão humana da pesquisa. Toda semana tem um novo episódio. A nova série A Primatologia no Brasil é dividida em três partes e conta a história de quatro primatas ameaçados de extinção da Mata Atlântica. Já são mais de 80 episódios de diferentes temas.

Música



Habanot Nechama

O grupo musical Habanot Nechama é composto por três vocalistas: Karolina, Dana Adini e Yael Deckelbaum e foi formado em 2004 em Tel Aviv, Israel. Elas se conheceram em uma loja de roupas, onde desabafaram suas frustrações com suas carreiras e decidiram formar a banda. O trio apresenta canções em hebraico e inglês, sobre as principais temáticas atuais, em um som descrito como "reggae-soul-folk".



Limites do Crescimento

Publicado em 1972 e escrito por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, traz uma pesquisa feita através de um sistema computacional que explica as consequências futuras do crescimento populacional levando em consideração os recursos naturais limitados, e até 2070 o planeta entraria em colapso econômico. Em 2008 uma análise foi feita comparando as previsões com a realidade, e mudanças na industrialização, produção de alimentos e poluição estavam

todas coerentes com as previsões. Hoje já começamos a sentir esse colapso cada vez mais próximo.



Quanto Vale o Verde

O professor e economista Carlos Eduardo Frickmann é um dos organizadores da obra que reuniu 11 autores entre biólogos, economistas, engenheiros florestais, geógrafos e turismólogos. Quanto Vale o Verde explica em 8 capítulos a relevância que as unidades de conservação têm na economia brasileira. O livro apresenta dados de cada tema argumentando e avaliando o que mudou durante os anos, com o intuito de conscientizar o leitor a conservar e proteger o patrimônio natural para as próximas gerações.

(download grátis https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/quanto_vale_o_verde_com_capa.pdf)



Escravidão - Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares

A obra de Laurentino Gomes desmembra as raízes do Brasil, o maior território escravista do hemisfério ocidental, que recebeu cerca de 5 milhões de cativos africanos. Como resultado, o país tem hoje a maior população negra do planeta, com exceção apenas da Nigéria. Nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor

da nossa identidade nacional quanto a escravidão. Conhecê-lo ajuda a explicar o que fomos no passado, o que somos hoje e também o que seremos daqui para a frente. É o primeiro volume da nova trilogia, resultado de seis anos de pesquisas, que incluíram viagens por 12 países e três continentes.

Documentário



Cijaguaretê-Avá - Pantanal em chamas (2021)

Em sua nova obra, o cineasta, documentarista, apresentador, escritor e mergulhador brasileiro Lawrence Wahba acompanhou, durante 10 semanas, brigadistas, veterinários, voluntários e pesquisadores na luta pela vida e recuperação do bioma do Pantanal após os incêndios. O

filme é exclusivo do Globoplay e mostra registros desde os primeiros focos de fogo até a devastação de um dos piores incêndios florestais na história do bioma. A renda da exibição do filme será repassada ao SOS Pantanal e à Brigada Alto Pantanal.

Você também pode conferir uma entrevista exclusiva do OJC onde Wahba conta os bastidores dessa produção em nosso perfil @justicaeco no Instagram



EXPLICANDO MELHOR NOSSO "JUSTIÇA" E SEU PAPEL NA CONSERVAÇÃO

Que o Observatório de Justiça e Conservação atua com foco na legalidade e na transparência, você leitor já sabe. Temos como linhas principais nossos trabalhos na área jurídica e a comunicação voltada a educação e exercício da cidadania. Com isso, buscamos auxiliar órgãos de controle e a população – de acordo com o que prevê o artigo 225 da Constituição Federal – a conservar nosso patrimônio público natural.

Nosso time jurídico, além de envolvido na atividade de advocacy através da participação em vários Conselhos, como o Conselho

Estadual do Meio Ambiente e campanhas que promovem políticas públicas, também desenvolve uma série de denúncias, pareceres, representações e ações judiciais que buscam proteger o patrimônio natural.

Sabe-se que nos últimos dois anos, o mundo vem enfrentando sérios problemas decorrentes da situação causada pela Covid-19, tanto na área da saúde como na área da economia. Com o meio ambiente, não é diferente. Estamos enfrentando, talvez, uma das piores épocas para a proteção e conservação dos últimos remanescentes de floresta nativa do planeta,

os direitos humanos, indígenas e dos animais estão sendo deixados de lado em detrimento do poder e da corrupção.

Ainda assim, somente entre os anos de 2020 e 2021, o OJC elaborou mais de 130 representações administrativas, 12 pareceres técnico-jurídico e participou de várias ações judiciais envolvendo desmatamento ilegal, alteração de Projetos de Lei, exploração irregular do patrimônio natural, desvio de finalidade e de dinheiro público, licitações e licenciamentos ambientais fraudulentos. Entre elas, algumas de impacto nacional merecem destaque:

Cavidades Naturais Subterrâneas

Em 2020 o OJC apurou algumas informações a respeito de um Projeto de Decreto que pretendia alterar o Decreto Federal n. 99.556/90, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. A minuta pretendia reduzir a proteção dessas áreas, prevendo, em suma: a) permite impacto negativo irreversível em cavidades de máxima relevância, no caso de empreendimentos de utilidade pública; b) reduz as medidas de compensação espeleológica no caso de impactos negativos irreversíveis em cavidade de alta relevância e reduz a proteção das cavidades testemunho; c) transfere do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para os órgãos licenciadores o poder de rever a classificação do grau de relevância de cavidade natural subterrânea, e dos órgãos licenciadores para o Ministério do Meio Ambiente o poder de estabelecer diretrizes e critérios para as compensações no caso de impactos negativos em cavidades de média relevância; d) retira do ICMBio a possibilidade de revisão da relevância de qualquer cavidade. Na sequência, o OJC elaborou parecer junto ao GUPE - Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e, enviou ao Ministério Público Federal, solicitando análise. O MPF solicitou a suspensão no trâmite da minuta de alteração do decreto, bem como pedido de informações para o Governo Federal e segue investigando o caso.



Lei Mata Atlântica X Código Florestal: anistia de 72 mil hectares de desmatamento ilegal

Após o despacho do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles anistiando os desmatamentos ilegais desde 2008, afastando a aplicação da lei de proteção da Mata Atlântica, o Instituto Água e Terra passou a alegar que ao obrigar desmatadores a recuperar áreas haveria dano econômico ao estado, uma vez que as áreas são usadas para agricultura e pecuária. Nesse contexto, o OJC, além de elaborar representação ao Ministério Público Federal, ingressou juntamente com outras instituições parceiras como amicus curiae (amigo da corte) na Ação Civil Pública do Ministério Público do Paraná em face do IAT e do IBAMA para se absterem de aplicar o Código Florestal em detrimento de lei especial (Lei da Mata Atlântica) e anistiar 72 hectares de desmatamento ilegal. A liminar foi favorável ao Ministério Público e embora o STJ tenha cassado a liminar do juízo de primeiro grau, o processo segue em trâmite na Vara de origem.



Explosão no Porto de Paranaguá resultando em morte de animais

Em julho deste ano, a OJC recebeu denúncias sobre a explosão no Porto de Paranaguá, o que ocasionou a morte de mais de 200 animais marinhos da região. Dentre esses animais, o Mero, espécie de peixe ameaçada de extinção. Além de impactos ambientais que a explosão gerou, os impactos econômicos e sociais também preocupam, uma vez que a comunidade, incluindo pescadores, foram afetados pela situação. O OJC elaborou representação ao Ministério Público do Paraná, que instaurou notícia de fato e começou a investigação juntamente com a Polícia Civil.

Denúncia contra autorização ilegal de desmatamento - Araucária

No final do ano de 2020, o OJC representou ao Ministério Público de Cascavel sobre uma autorização conjunta da Secretaria do Municipal do Meio Ambiente do município Cascavel e do Instituto Água e Terra do Paraná, determinando a derrubada de 231 exemplares adultos de *araucaria angustifolia*, em uma estrada rural do município. O Ministério Público prontamente investigou o caso e ingressou com Ação Civil Pública, cuja decisão liminar deu procedência aos pedidos do Parquet para a suspensão do corte de árvores.





Cidadania

Linhas de Transmissão - Sistema Gralha Azul

Em 2020 o OJC deu início aos estudos de um empreendimento duvidoso denominado Sistema de Transmissão Gralha Azul, que previa a implementação de linhas de transmissão de energia elétrica pela multinacional francesa Engie, na área da escarpa devoniana. Após os estudos da equipe técnica e jurídica, uma série de irregularidades e ilegalidades foram identificadas. O projeto apresentava risco flagrante às cavidades naturais e a toda a região da Escarpa Devoniana, bem como à flora, à fauna e às pequenas propriedades e povos tradicionais. O OJC emitiu mais de 10 ofícios aos órgãos estaduais e federais envolvidos na licitação e no licenciamento ambiental, bem como representou ao Ministério Público Estadual e Federal. Na sequência, o OJC, em parceria com a SPVS e a Rede de Ongs da Mata Atlântica, ingressou com Ação Civil Pública para suspender dois grandes trechos da obra, conquistando decisão em sede liminar. Por outro lado, os Ministérios Públicos Federal e Estadual também ingressaram com medida judicial, após as provocações do OJC por meio das representações e pareceres e, também, tiveram liminar favorável. Os processos permanecem em trâmite e aguardam julgamento da Corte Suprema.



Além dessas ações que envolvem órgãos federais, é notada também a atuação do OJC em seu estado natal, embora nossa atuação esteja hoje se dando muito além de nossas fronteiras. Restou muito pouco de florestas nativas no Paraná. Da floresta com araucárias, menos de 1% em bom estado de conservação de acordo com um estudo oficial de 2001. A Mata Atlântica no estado hoje, resume-se ao litoral e a algumas manchas no sudoeste dele, além do Parque Nacional do Iguaçu no extremo oeste. Restam aproximadamente apenas 7% de remanescentes. Assim nossas ações focaram em regiões onde ainda resta algo para ser preservado.

Orla de Matinhos

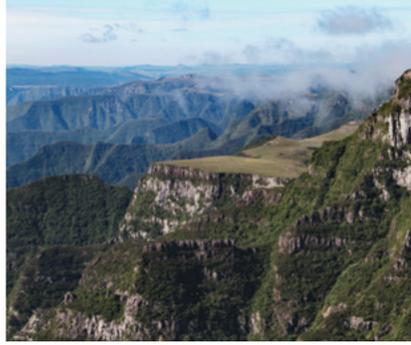


Assim como a preocupação com outros casos ambientais, com a obra da Orla de Matinhos não foi diferente. O montante da obra foi estimado em quase 500 milhões de reais, segundo a Agência de Notícias do Paraná. Os recursos para a realização foram estimados em 1,6 bilhões de reais, oriundos de empréstimos junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, autorizado em primeiro momento pela Assembleia Legislativa.

A Denúncia ao Ministério Público Federal abrange a recomendação feita pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 2ª Promotoria de Matinhos, ao Instituto Água e Terra, e o Inquérito Civil, que consideram um momento inoportuno para a realização da obra, bem como mencionam irregularidades e indícios de nulidades.

Além disso, é inexistente a anuência e manifestações de instituições importantes para que se dê seguimento ao projeto da obra, tais como a ANM (Agência Nacional de Mineração), no que tange a dragagem e extração de areia, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), uma vez que haverá supressão vegetal, ICMBio (Instituto Chico Mendes da Conservação de Biodiversidade), CMA (Centro de Mamíferos Aquáticos), entre outros, dos quais a manifestação é imprescindível. Ainda, a manifestação da comunidade afetada é relevante, antes que comece a obra de custo expressivo. A ausência de Estudos de Impacto Ambiental atualizado também é fator de nulidade de autorização da nova orla. O Estudo de Impacto Ambiental deve conter informações tais como detalhamento do projeto proposto, macro e micro drenagem, revitalização urbanística, consequências da atividade, pavimentação asfáltica, estudos sobre o impacto à vegetação nativa, incluindo fauna e flora, e assim por diante.

Parque Nacional São Joaquim



O Parque Nacional São Joaquim, Unidade de Conservação Integral protegido pela Lei Federal nº 9.985/00, vem sofrendo diversas intervenções, principalmente no seu entorno e zona de amortecimento. O OJC apurou fatos sobre a existência de desmatamento irregular em dezenas de propriedades limítrofes do parque, para fins de loteamento. Além de configurar exploração imobiliária ilegal, constatou-se o desmatamento de espécies em extinção como a Araucaria angustifolia e Dicksonia sellowiana. Ainda, o parque possui regiões sensíveis, aterramento de nascentes, supressão de turfeiras, e matas ciliares as quais não estão sendo respeitadas em decorrência dos loteamentos, de interesses privados. A supressão de vegetação nesta área está sujeita a uma série de autorizações e requisitos. Diante disso, o Observatório de Justiça e Conservação encaminhou a denúncia para o Ministério Público do estado de Santa Catarina e para a Procuradoria da República, por se tratar de parque nacional.

Desmatamento ilegal por pousadas na Ilha do Mel



A Ilha do Mel, pertencente ao Município de Paranaguá, Estado do Paraná, é de grande importância a nossa Biodiversidade. É tombada como patrimônio artístico e histórico, sendo 2.240 hectares de Estação Ecológica, ou seja, de proteção integral, onde não se pode ter nem mesmo trilhas. São 345 hectares de Reserva Natural, onde é permitido trilhas, para os turistas e moradores que habitam a ilha, levando às praias e outros destinos naturais.

Os 120 hectares restantes são de Zona de Ocupação, onde é permitido restaurantes, pousadas, comércios, etc. Ainda, a Ilha do Mel é casa de diversos animais que correm perigo de extinção, como pinguins, jaguatirica, papagaio-de-cara-roxa, entre outros. Também possui mais de 650 espécies de Flora e possui 25 km de extensão de praias.

Ocorre que, nem sempre essas zonas de proteção são respeitadas. Não somente desrespeitando os moradores da ilha, mas também toda a natureza ao seu redor, criando consequências em cadeia que na maioria das vezes não conseguem ser revertidas. Para que isso seja cada vez menos nossa realidade, o Observatório de Justiça e Conservação em parceria com a Associação Tie-Sangue elaborou pareceres e denúncias acerca de pousadas que estariam irregulares e desmatando ilegalmente, principalmente em encosta de morro e em áreas de proteção ambiental. A partir disso, o Ministério Público do Paraná emitiu ofícios aos órgãos responsáveis por eventuais autorizações e iniciou as investigações.

Plano de Mobilidade do município de Pontal do Paraná

O OJC investigou que em Pontal do Paraná, o município contratou com dispensa de licitação uma empresa para elaboração do plano de mobilidade de pontal, tal dispensa não foi juridicamente fundamentada, o que poderia configurar fraude e desvio de dinheiro público. Além disso, a população não foi envolvida no processo, uma vez que as audiências públicas nunca ocorreram. Nesse sentido, o OJC elaborou representação e enviou ao Ministério Público para análise e diligências que entendessem necessárias. O MP instaurou notícia de fato e segue investigando o caso.

Ainda sobre o caso, o OJC apresentou ao Governo do Estado do Paraná e à Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pontal do Paraná, um projeto chamado Ciclo Rodovia Interpraias, desenvolvido por engenheiros e arquitetos, com a ajuda de uma plataforma de Crowdfunding, que poderia ser uma das soluções para o problema de mobilidade urbana do Município, porém o Governo ficou inerte. Isso levou o OJC a elaborar mais uma representação ao Ministério Público, pedindo a participação de técnicos, como professores da UFPR litoral a subsidiar o Parquet a fim de apurar as irregularidades e ilegalidades eventualmente existentes no caso.

Governo insiste em vender boa imagem mas organizações alertam para a gestão hídrica inconsequente durante a maior crise do século



Bacia Hidrográfica do Paraná é tomada por empreendimentos que represam rios sem considerar o impacto global das obras

O Governo do Paraná está preocupado com a imagem do estado sobre a gestão das águas. Em outubro deste ano, o governador Ratinho Júnior (PSD) participou, como organizador, do XXIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

No evento, o governo lançou o livro “O Paraná e suas Águas”, com inúmeras ilustrações que evidenciam o potencial hidrográfico do estado, além de suas paisagens verdes naturais.

Entre as várias temáticas que envolvem a água, um anexo do livro chama a atenção dos mais atentos. Com título “As Usinas Hidrelétricas Instaladas no Paraná”, o anexo 1 traz um mapa indicando os trechos dos rios paranaenses com empreendimentos entre Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHE) “instaladas”.

No entanto, nem todo ponto situado no mapa corresponde a um empreendimento de fato instalado,

segundo Maristela Moresco Mezzomo, geógrafa e professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Mezzomo cita alguns exemplos. A começar pelas centrais hidrelétricas no Rio Goioerê, afluente do rio Piquiri, que não existem. Alguns dos pontos do mapa no noroeste do estado são projetos em andamento e outros não foram aprovados.

Outro caso é o Rio Mourão, em Campo Mourão, onde ainda não existem todas as CGHs apontadas no mapa. Algumas são apenas projetos aguardando decisão final.

“Pode ter sido apenas um erro na execução do mapa, mas é muito preocupante porque muitos destes empreendimentos ainda não foram autorizados para serem construídos, e muitos estão em debate, pois envolvem questões sociais e ambientais muito importantes”, afirma Mezzomo.

O livro organizado pelo governo dá enfoque positivo para o fato de os rios paranaenses estarem repletos de usinas hidrelétricas.

Para o governo do Paraná, o represamento de centenas de cachoeiras e rios é desenvolvimento; Ministério Público e organizações da sociedade civil alertam para risco ambiental e social (XXIII Encob)

Mezzomo faz alguns questionamentos: “Por que publicar um mapa com empreendimentos que ainda não foram aprovados? Isso reflete a vontade do governo? A discussão de construção desses empreendimentos passou pelos comitês de bacias hidrográficas para saber a vontade da população, de outros usuários e dos poderes públicos locais?”

Segundo dados da Anel do começo deste ano, o Paraná tem 62 centrais hidrelétricas instaladas. Desses empreendimentos, 28 são CGHs, 14 PCHs e 20 são usinas, de maior porte, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na mensagem de boas-vindas publicada no site do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Ratinho Júnior destaca que o Paraná sedia pela segunda vez consecutiva o evento e que o estado valoriza o debate no setor de empreendimentos nas áreas fluviais.

“A água é um bem essencial à vida. Temos como dever promover uma gestão eficiente e

comprometida em conservar esse valioso recurso natural, sendo fundamental o debate participativo, descentralizado e democrático”, diz o governador.

O Observatório de Justiça e Conservação (OJC) se posiciona contra os incentivos governamentais sem medidas às PCHs. “Percebemos uma diferença muito grande entre o discurso, sempre cheio de falas sobre progressos e inovações, e a prática, repleta de falta de transparência e estímulo à tecnologias de geração de energia arcaicas. O Estado não estimula novos modais de geração, como a eólica e a solar”, afirma Giem Guimarães, diretor-executivo do OJC.

Giem lembra que passamos pela maior crise hídrica das últimas décadas e que é preciso garantir independência energética para o futuro. “O país é dependente da matriz hídrica de energia, o que vai contra as previsões de mudanças climáticas. Nesse sentido, a política energética do Paraná é totalmente negacionista”.



Mapa de centrais hidrelétricas divulgado pelo governo do Paraná nesta semana (XXIII Encob)

Atingidos: “processo democrático” não chega nas comunidades



À esquerda, o Salto Santa Rita, no Rio Mourão (Peabiru/PR), em 2013. À direita, a mesma cachoeira em 2020. A diminuição do volume da água foi registrada por frequentadores do salto. (Caio Araújo/Ronaldo Korczak).

Historicamente, a vontade da população não é algo que os governos estaduais no Brasil tem levado em consideração. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) considera que as audiências e reuniões públicas organizadas para ouvir a população têm “caráter meramente protocolar”, diz Robson Formica, membro da coordenação nacional do movimento.

“Não é fácil saber como andam os empreendimentos em rios no Paraná. O acompanhamento no site do IAT é terrível, os licenciamentos não são atualizados, não há transparência”, comenta.

Formica conta que o padrão de violação de direitos se repete nos processos de licenciamento de centrais hidrelétricas em todo país.

“As pessoas vão para a reunião pública sem saber que ela já vale para o processo de licenciamento. Quando a reunião acontece, as pessoas vão para se informar, tirar dúvidas.

Elas não têm acesso aos documentos e as poucas informações técnicas não são acessíveis, ninguém compreende o real impacto da obra. Qualquer pessoa pode discordar do empreendimento, mas a decisão já está tomada”, diz o membro do MAB.

A mesma falta de transparência é notada por moradores que são contrários à construção destas usinas, que exploram a força da água nas cachoeiras do estado.

Integrante do movimento Guardiões da Cachu, em Campo Mourão, Alana Bottega Lima conta que a população atingida pelo projeto de CGH Saltinho (rio Mourão) não concorda com a construção da central hidrelétrica e não teve acesso à documentação de licenciamento.

“A empresa tem as licenças mas elas não estão disponíveis para consulta pública. Ficamos sabendo das licenças por um inquérito

civil que foi aberto no Ministério Público. Pelo site do IAT não tem informação nenhuma”.

Lima conta que a CGH não começou a ser construída, mas que a estrada de chão que dá acesso ao ponto de represamento da água já recebeu recapeamento asfáltico para passagem de máquinas.

A comunidade indígena Guarani Tekoha Verá Tupã'i pesca exatamente no ponto onde a água deve ser represada. Alana Lima diz que a lógica de vida em comunidade no local vai acabar com a instalação da usina.

“A comunidade pesca para a própria subsistência onde já existem duas hidrelétricas pra cima do rio [PCH Salto Natal e a Usina Mourão]. Estas usinas já diminuíram o volume da água. A forma de convivência com a natureza da comunidade será impactada não só ambientalmente, mas na sua cultura e espiritualidade”.

Considerar o todo, não a parte

No XXIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas estiveram ao lado do governador o secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes, e o presidente do Instituto Água e Terra (IAT), Everton Luiz da Costa e Souza.

Márcio Nunes é natural de Campo Mourão, onde já foi vice-prefeito. Na sua mensagem de boas-vindas do evento, ressaltou “a importância de se ter uma visão sistêmica sobre a gestão da água”.

Uma visão sistêmica, que considere o conjunto dos impactos e não apenas o estudo único de uma só usina, é recomendação do Ministério Público à gestão de Márcio Nunes e Everton Souza para autorizar empreendimentos hidrelétricos.

O Núcleo de Recursos Hídricos do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público (CAOP) publicou no último ano as Notas Técnicas 05 e 06, com recomendações.

“Estamos orientando as promotorias e órgãos ambientais para que incluam o impacto global no licenciamento. Não só o impacto local da central hidrelétrica localmente, mas no todo, para a região, considerando a bacia hidrográfica toda”, conta o promotor de Justiça do CAOP, Leandro Assunção.

Enquanto o MP pede mais detalhamento e visão geral do processo de autorização, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada, extinguindo a obrigatoriedade de

empreendimentos hidrelétricos passem por discussão e aprovação na Assembleia Legislativa. A autoria é do deputado estadual Tião Medeiros (PTB).

Segundo o promotor Assunção, os licenciamentos devem seguir uma avaliação ambiental estratégica e integrada. Além disso, certas áreas devem ser totalmente protegidas de tais empreendimentos.

“Estamos trabalhando para que o Paraná estabeleça espaços ambientais protegidos, onde não seja aprovado nenhum tipo de empreendimento. Um deles é o Rio Piquiri, que não possui centrais hidrelétricas. Assim devem permanecer”, afirma Assunção.

A professora Mezzomo, que

faz parte do movimento Pró Ivaí Piquiri, menciona que a proteção dos rios Ivaí e Piquiri (tributários do rio Paraná) é essencial para a manutenção de serviços ecossistêmicos na região, como abastecimento de água e alimentos, regulação do clima e da água, lazer e cultura.

“Os rios do Paraná estão virando canteiros de obras e estão deixando de ser livres. Rios existem para ser livres. Obviamente que precisamos gerar energia e isso é indiscutível. Mas chegamos num ponto em que precisamos nos perguntar: quanto queremos conservar e quanto barrar os nossos rios? Quanto de energia produzimos e quanto precisamos ainda produzir?”, questiona Mezzomo.

O que diz o Governo do Paraná

O OJC entrou em contato com o governo do Estado para responder sobre o possível equívoco no mapa citado acima e os questionamentos dos entrevistados na reportagem. Até o momento desta publicação, não tivemos resposta.

Observatório de Justiça e Conservação integra Movimento Bonito por Natureza para proteger biomas de Bonito-MS

*Carta de Bonito
é lida na COP26 e entregue
a deputados federais da
Frente Parlamentar
Ambientalista*

**BONITO
POR NATUREZA**

1º ENCONTRO DE TURISMO E CONSERVAÇÃO

O I Encontro de Turismo e Conservação de Bonito, em Mato Grosso do Sul, contou com a participação de vários setores sociais para discutir o futuro da conservação do patrimônio natural de Bonito. Em outubro deste ano, reuniram-se na Câmara de Vereadores da cidade representantes da sociedade civil, do governo, pesquisadores do meio ambiente, empresários locais, sindicato rural e Ministério Público.

O objetivo do encontro foi debater e trocar informações sobre o atual contexto de cuidado ambiental e como os biomas presentes na região, Mata Atlântica e Cerrado, deverão ser conservados para as próximas gerações.

A mediação do evento foi feita pela jornalista envolvida com questões ambientais dentro e fora do Brasil, Sônia Bridi, e teve como madrinha a atriz Cristiana Oliveira, que interpretou a personagem Juma Marruá na novela Pantanal, transmitida na televisão em 1990.



Câmara de Vereadores de Bonito recebeu I Encontro de Turismo e Conservação (Multifrequência/Acervo Bonito por Natureza)



Os números sobre desmatamento

No encontro, o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Young, apresentou parte do estudo que coordenou sobre quanto vale manter os biomas protegidos.

“O Brasil infelizmente persiste numa trajetória de desmatamento embora todos os ganhos possíveis de produtividade demonstrem que não é mais necessário desmatar. Ainda assim, o que se ganha no caso de aumentar a área agrícola? Na nossa conta, pelo PIB agropecuário, entre 600 e 800 reais por hectare/ano. Quando se desmata, os gastos para recuperar a vegetação são de 18 mil reais por hectare. O prejuízo em desmatar é gigante”, calcula.

Cadu Young ainda citou a situação específica de Bonito. “Nesta região, o desmatamento tem um efeito ainda mais perverso que é o de comprometer o corpo hídrico pelo assoreamento. Isso é um problema porque o turismo se alimenta da boa qualidade da água daqui”.



Professor da UFRJ, Cadu Young, calculou quanto vale o verde em Bonito (Multifrequência/Acervo Bonito por Natureza)

O Mapbiomas Brasil, projeto que tem o histórico de uso e ocupação da terra de todo o território brasileiro nos últimos 36 anos, também esteve presente no evento. Marcos Rosa, que é coordenador técnico do projeto, conta que

mais de 55 mil hectares em Bonito já são ocupados por lavouras de commodities.

O coordenador técnico do Mapbiomas comenta o problema desta expansão. “A soja intensifica muito o uso do solo. Se não houver bom manejo durante o plantio e a colheita, a chuva vai levar os sedimentos para dentro dos rios, então é essencial que se protejam as nascentes”, ponderou Marcos.

A secretária de Turismo de Bonito, Juliane Salvatori, citou a organização dos moradores e donos de atrativos que se organizaram na década de 1990 para promover um turismo sustentável na região.

“Há 30 anos construímos Bonito com muito diálogo e desafios. Estão envolvidos guias de turismo, empresas de transporte, restaurantes, comércio e os nossos 40 atrativos naturais, dos quais só dois são administrados pela prefeitura. Vejo a importância de estarmos aqui e debatermos novamente, na mesma mesa, as melhores ações para nossa região”, afirmou.

“Em Bonito fica muito claro a expansão da soja nos últimos 10 anos. De 2010 pra cá, a soja que ocupava 2% do território do município foi ampliada para 10%”

Marcos Rosa

Sexta-feira para o futuro

O Encontro contou com a presença de crianças do Instituto Família Legal e do Grupo Escolteiro Rincão Bonito, além do representante sul-mato-grossense do movimento internacional Fridays For Future, Gabriel Adami.

O movimento do qual Gabriel faz parte teve início com os protestos da ativista jovem Greta Thunberg, em frente ao parlamento sueco, em defesa da conservação da natureza.

Ao microfone, Gabriel discursou: “Eu tenho um sonho, que é sentar na beira de um rio de Bonito todo dia e ver um animal diferente. Um tamanduá tomando água na ribanceira, um cervo-do-pantanal, uma piraputanga, peixes coloridos nadando. Infelizmente este sonho está sendo retirado de mim. Águas antes cristalinas, agora ficam turvas, barrentas”.

Gabriel cobrou dos presentes ações efetivas, e não apenas “palavras vazias”.

Iniciativa privada quer Bonito conservado

A empresa Gol Linhas Aéreas anunciou voos para Bonito. O aeroporto do município operava com apenas uma companhia aérea, que agora será ampliada com a linha Congonhas/SP-Bonito/MS. O presidente da companhia, Paulo Kakinoff, deixou sua mensagem no evento, gravada em vídeo.

“Bonito é um lugar com potencial de atrativo imenso, que pode e deve ser explorado de maneira sustentável, possibilitando a conservação em condições até melhores do que já ocorreu até hoje, acompanhados do movimento econômico social e local”, afirmou.

Kakinoff citou outra experiência da companhia de inserção de voos em Jericoacoara, no Ceará, em que o tráfego turístico aumentou após a implementação da linha aérea para este destino. O mesmo deve ocorrer na cidade sul-mato-grossense.

Foram convidados a participar do encontro os empresários locais que, como lembrou a secretária municipal de Turismo de Bonito, são os principais responsáveis pela conservação dos atrativos naturais.

“Bonito é um lugar com potencial de atrativo imenso, que pode e deve ser explorado de maneira sustentável”

Paulo Kakinoff

O Abismo Anhumas, um dos principais atrativos turísticos de Bonito, é gerenciado pela empresária Almira Dias Soares. Almira comprou a fazenda há 25 anos.

“Quando cheguei a Bonito, não havia asfalto nenhum. Eu vi o turismo se desenvolver e levantar a renda e o nível de profissionalização da cidade. Já naquela época, a pecuária e a agricultura não geravam tantos empregos. O turismo mudou isso”.

Em 1993, houve o primeiro curso de guias de turismo da cidade. “Este foi um fato muito

importante para nós”, afirmou Henrique Ruas, dono da Pousada Olhos D’água, que ainda considera o turismo importante para o desenvolvimento da cidade.

“Pela primeira vez, jovens da cidade tiveram acesso a uma série de informações científicas sobre fauna, flora, geologia, grutas e formação de cavernas. Isso possibilitou que esses jovens tivessem uma renda, muitas vezes superior à renda dos pais nas fazendas. Até hoje, o turismo traz dinheiro de fora pra dentro de Bonito”, lembrou Ruas.

Ministério Público atua na região para conter desmatamento ilegal



Área de Mata Atlântica em Bonito é responsável pela qualidade da água da região (foto: Fernanda Cano)

Três representantes do Ministério Público de dentro e fora do estado do Mato Grosso do Sul citaram a legislação brasileira de proteção aos biomas Mata Atlântica e Cerrado, os dois existentes em Bonito.

“A Mata Atlântica tem legislação especial de proteção porque nós passamos 500 anos, desde a chegada dos europeus, destruindo este bioma. Hoje só temos 12% do bioma em bom estado de conservação no país. Isso significa que nós já ocupamos, com diversas atividades econômicas,

88% da mata atlântica. Qual é a razoabilidade de continuarmos desmatando o que restou?”, questionou Alexandre Gaio, promotor de Justiça do MP do Paraná e vice-presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).

O também vice-presidente da ABRAMPA e promotor de Justiça do MPMS, Luciano Loubet, trabalhou durante 13 anos em Bonito. “Eu fui criado aqui perto e vi o rio Perdido morrer. Também presenciei o rio Verde das

Sete Quedas assoreado e vejo isso acontecendo com o rio Miranda. Graças a um trabalho feito por todos nós, conseguimos segurar o que está acontecendo no rio Formoso e no rio da Prata”.

Loubet comentou a importância da discussão do evento. “Eu lembro que fizemos inúmeras reuniões para evitar essas perdas, e hoje nós estamos aqui de novo. Cadê os vereadores desta casa, que têm poder legislativo?”, questionou, ao encontrar apenas dois dos 11 representantes da Câmara Municipal no evento.

Visão Política sobre Bonito

O ex-deputado federal e ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, citou o poeta Manoel de Barros para se referir a Bonito: “O Manoel escreveu assim: ‘a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balança, nem com barômetro. A importância de uma coisa há de ser medida pelo encantamento que a coisa produz em nós’. Eu desejo a vocês sempre um bom debate, e que este debate chegue às casas legislativas”, disse Mandetta.

Os senadores pelo estado do Mato Grosso do Sul, Simone Tebet (MDB) e Nelson Trad (PSD), enviaram vídeos com depoimentos.

“Nos assusta a transformação para pior dos nossos rios em função das áreas pantanosas de plantio, daí a importância deste evento. Podemos aliar o desenvolvimento com a questão ambiental”, afirmou a senadora Simone Tebet.

Já o senador Trad perguntou: “Qual será o futuro do nosso

maior patrimônio do ecoturismo? Bonito é um fragmento de mata atlântica no meio do cerrado. É preciso ter atenção das autoridades e da população. Registro também que vou lutar pela conservação de Bonito”.

O I Encontro de Turismo e Conservação de Bonito foi realizado pelas organizações não-governamentais Instituto Raquel Machado, Observatório de Justiça e Conservação, Fundação Neotrópica do Brasil e SOS Pantanal. Teve o apoio da Rede Pró Unidades de Conservação, Coletivo Unidos Serra da Bodoquena, Fundação SOS Mata Atlântica, Onçafari, Instituto Homem Pantaneiro e ABRAMPA.

Ao final do evento, a diretora da Rede Pró Unidades de Conservação, Angela Kuczach, e o advocacy da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, leram a Carta de Bonito. O documento foi escrito pelas organizações e aberto para sugestões dos presentes.



Nos assusta a transformação para pior dos nossos rios em função das áreas pantanosas de plantio, daí a importância deste evento. Podemos aliar o desenvolvimento com a questão ambiental

Senadora Simone Tebet



Cidadania

Carta de Bonito é entregue a deputados da Frente Parlamentar Ambientalista

A versão final da carta foi lida na COP26 e entregue a nomes da política nacional para chamar a atenção para a conservação de Bonito e da Serra da Bodoquena.



Deputados da Frente Parlamentar Ambientalista, Tábata Amaral (PSB-SP) e Alessandro Molon (PSB-RJ), se comprometeram a avaliar situação de ameaça aos biomas de Bonito -MS (fotos: Acervo Pessoal)

A versão final da carta foi lida na COP26 e entregue a nomes da política nacional para chamar a atenção para a conservação de Bonito e da Serra da Bodoquena.

Representante do movimento Bonito Por Natureza e um dos 16 delegados do Fridays For Future do Brasil que estiveram na conferência do clima, o jovem Gabriel Adami entregou a carta em Glasgow, na Escócia.

A deputada federal da Frente Parlamentar Ambientalista, Tábata Amaral (PSB-SP), recebeu a Carta de Bonito no pavilhão de stands dos países.

“Sentamos no chão, levamos pautas de conservação e discutimos a questão de Bonito. A deputada Tábata se prontificou a levar as reivindicações da carta adiante, assinando o documento”, conta Adami, de 16 anos.

O líder da oposição na Câmara dos Deputados, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), também assinou a carta. Segundo Adami, “assim como a Tábata, o deputado Molon também disse não conhecer Bonito de perto, mas que lembra do lugar pela sua beleza. Eu o convidei para conhecer Bonito. Ele pediu mais informações sobre o movimento de conservação que estamos fazendo”, diz Adami.

Ainda estava na COP 26 o ex-deputado e atual secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho. Sarney é o terceiro signatário da Carta de Bonito.

O movimento Bonito Por Natureza deu o primeiro passo para se consolidar como iniciativa conjunta, entre os setores público, privado e o terceiro setor, de forma a proteger os biomas da região de Bonito.

Segundo o diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação, Giem Guimarães, “o I Encontro foi muito bem sucedido porque alertou a população para o que está ocorrendo e o que pode prejudicar a economia local. Mas também é uma experiência de união de forças que ser replicada em outras situações similares que se espalham pelo Brasil”.

O movimento se organiza para lançar o II Encontro de Turismo e Conservação de Bonito. “O segundo evento tem tudo para ser ainda melhor que o primeiro, que foi organizado em pouco tempo e mesmo assim já mostrou resultados bastante positivos de engajamento”, afirma Guimarães.



BONITO POR NATUREZA
O ENCONTRO DE TURISMO E CONSERVAÇÃO

CARTA DE BONITO

O Município de Bonito (MS) é uma referência em ecoturismo no Brasil e vem há mais de trinta anos aprimorando a oferta de serviços turísticos de forma inovadora para visitantes de todo o mundo. Além de proporcionar uma experiência única ligada à Natureza, o setor do turismo e suas atividades correlatas vêm beneficiando de diversas maneiras a sociedade em geral e, modo mais direto, os seus moradores.

Em 2019, com uma população de 22.401 habitantes, Bonito recebeu cerca de **210.000 visitantes** que realizaram mais de **700.000 passeios** em suas atrações naturais. Mais da metade dos **empregos formais no município (55% do total)** estão atrelados ao setor de serviços diretamente relacionados ao turismo, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, comércio e visitação dos seus atrativos.

A beleza única de Bonito e a sua fruição por meio das atividades turísticas geram riquezas para o Município e para o Estado do Mato Grosso do Sul, o que reflete em uma vigorosa taxa de **crescimento médio do PIB local em cerca de 14%**, e uma clara superioridade histórica do comércio e serviços na sua composição mesmo frente a soma dos setores da agropecuária e da indústria. Essa contribuição também se evidencia no ISS municipal, sendo o turismo o seu principal fato gerador, tanto que representa aproximadamente $\frac{1}{4}$ de sua receita própria.

Contudo, a paisagem natural da região vem sofrendo impactos negativos de outros setores econômicos, o que ameaça qualidade ambiental, o ecoturismo, a principal fonte de receitas do município e região e a sobrevivência de milhares de pessoas que vivem de atividades relacionadas ao turismo. Por essa razão, o grupo de instituições e pessoas com notável conhecimento em preservação ambiental e em atividades econômicas sustentáveis, reunidas na data de 22/10/2021, preocupados com o futuro de Bonito, declaram a necessidade e urgência de adoção de medidas concretas para a preservação

Realização:

BONITO POR NATUREZA
O ENCONTRO DE TURISMO E CONSERVAÇÃO

e recuperação ambiental, a cessação de práticas em desconformidade com a lei e o fomento de atividades econômicas que assegurem a conservação do patrimônio natural e a sustentabilidade das comunidades locais ligadas ao ecoturismo, tais como:

- 1) o estabelecimento de um zoneamento econômico-ecológico (ZEE), instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente capaz de delimitar a adequada proteção de recursos hídricos e remanescentes de vegetação nativa, especialmente da Mata Atlântica, para viabilizar um desenvolvimento que compatibilize a conservação do meio ambiente, a geração de empregos, o crescimento econômico e a valorização do patrimônio ambiental e cultural;
- 2) a criação e implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), previsto no art. 38 da Lei Federal nº 11.428/06, para evitar a continuidade do desmatamento dos remanescentes de vegetação nativa desse bioma e possibilitar a captação de recursos financeiros para projetos de conservação;
- 3) a proteção das Áreas Úmidas - que funcionam como verdadeiros filtros de água e protegem os recursos hídricos da bacia hidrográfica da região de Bonito, seja por meio da criação de Unidades de Conservação, seja através de declaração de espaços na condição de Área de Preservação Permanente;
- 4) a indispensável adoção das melhores técnicas disponíveis para o uso e conservação do solo nas atividades agropecuárias, de modo a impedir processos erosivos e o carreamento de sedimentos;
- 5) a fiscalização pelos órgãos competentes do integral cumprimento à Lei Estadual nº 1.871/98, que criou a Faixa de Proteção Especial de 150 metros para cada margem dos rios Prata, Formoso e seus afluentes, e disciplinou as atividades que podem ser desenvolvidas nessa área protegida;

Realização:

BONITO POR NATUREZA
O ENCONTRO DE TURISMO E CONSERVAÇÃO

- 6) o estabelecimento e aperfeiçoamento de medidas para conservar, proteger e limitar o uso do solo cárstico;
- 7) a utilização de instrumentos econômicos para a preservação do patrimônio natural de Bonito e região, a exemplo do Pagamento de Serviços Ambientais aos proprietários rurais que conferem proteção ao meio ambiente além do patamar mínimo exigido pela legislação;
- 8) a priorização da destinação de verbas para projetos de recuperação e proteção dos recursos hídricos e de vegetação nativa de Bonito, seja das medidas compensatórias oriundas de termos de ajustamento de conduta e de licenciamentos ambientais, seja das verbas oriundas do ICMS Ecológico.

Bonito/MS, em 22 de outubro de 2021.

Realização:

Com incentivo do município, Curitiba aumenta metragem de áreas verdes particulares protegidas

Segundo especialistas, iniciativas como esta deveriam circundar a capital paranaense, de onde vem a água para abastecimento

A curitibana Construtora Independência criou 20 Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM) ao lado do Parque Tingui, na região noroeste de Curitiba. Com isso ganhou também, conforme prevê um decreto municipal, isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dos imóveis, além de potencial construtivo.

O potencial construtivo é uma moeda de troca criada pelo decreto municipal 1.850/2012. Quando o proprietário da área decide criar a reserva, abre mão de fazer uso comercial do solo e se compromete a conservar a vegetação nativa do local. Em contrapartida, recebe um Certificado de Concessão de Potencial Construtivo.

Este certificado pode ser transferido para outros imóveis. Daí o interesse de construtoras, já que, em posse do certificado, é possível construir em uma área maior do imóvel, ou mesmo aprovar alguns andares a mais no prédio a ser levantado. Para o dono da RPPNM, entram os valores negociados.

Curitiba possuía 34 RPPNMs, com 41,85 hectares de áreas particulares protegidas. Com os 32,2 hectares das 20 novas reservas, o total da área no município vai para 74,05 hectares.



Curitiba cria 20 novas RPPNMs, metade eram previsões de rua (Arquivo IPPUC)

Novas RPPNMs



Área com 20 novas RPPNMs teria 7 ruas e 10 lotes residenciais, segundo previsão de zoneamento (Arquivo IPPUC)

A nova reserva fica ao lado do parque Tingui e já tinha planta de loteamento, com previsão de lotes e ruas. Se fosse um loteamento residencial, seriam abertas ao menos sete ruas dentro da área. Ao invés de criar uma única reserva, o proprietário deu entrada em 20 processos, considerando cada rua uma RPPNM (mapa).

Segundo a diretora do Departamento de Pesquisa e Monitoramento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Erika Mielke, isso não gera mais benefícios fiscais ao proprietário da área, já que o potencial construtivo é calculado com base na metragem do terreno.

“O dono da área define o tamanho da sua reserva. Podia ser uma ou 20, não tem diferença. Ele ganha os benefícios pela área, contanto que não altere o bosque nativo, a área de vegetação original”, afirma Mielke.

A construtora dona da área pode se beneficiar do potencial construtivo em seus próprios imóveis ou vender o certificado de concessão a terceiros. A prefeitura não interfere no negócio entre as partes.

A vice-presidente da Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba

e Região Metropolitana (APAVE), Betina Bruel, conclui que a criação das reservas é positiva, mas deveria ter existido um único processo para abertura de reserva.

“Se analisarmos isoladamente esses fragmentos de rua, eles não seriam transformados em Unidades de Conservação porque tamanho e formato de fragmentos florestais influenciam diretamente na qualidade ambiental. Quanto mais fino e alongado o fragmento, ou muito recortado, maior será o efeito de borda, que é a porção onde a vegetação está mais exposta à radiação solar, vento, mudanças de temperatura, baixa umidade, e tende a se degradar”, pontua.

Bruel lembra que apesar do número alto de reservas, o que tem validade ambiental é a metragem da área. “Sabemos que as 20 RPPNMs serão manejadas de forma integrada, como um único fragmento, mas na minha opinião esse número distorce a realidade”.

A reportagem entrou em contato por telefone com a Construtora Independência para comentar a criação das RPPNMs, mas a construtora preferiu não se manifestar.



A água que abastece Curitiba vem de fora

“Curitiba gosta de inovar na questão ambiental, deveria fazer isso para envolver a região metropolitana”. A afirmação é do diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Clóvis Borges.

Borges lembra que os mananciais que abastecem a capital do estado estão no entorno do município, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A RMC tem 29 cidades, e algumas são essenciais para o abastecimento de água da Grande Curitiba, como Piraquara e São José dos Pinhais. Segundo estimativas do IBGE de 2021, a RMC soma mais de 3.730.000 habitantes que dependem dos reservatórios de água cheios para abastecimento.

“Curitiba precisa estabelecer uma estratégia para intervir na região metropolitana de forma abrangente, em grande escala, com investimentos capazes de proteger o entorno da RMC. É o cinturão verde que protege Curitiba de eventos extremos, excesso ou falta de água, grandes tempestades, que começam a acontecer com mais frequência”, afirma Borges.

O diretor da SPVS acredita que é urgente um fundo metropolitano para incentivar a criação de áreas protegidas na RMC. “Nossa legislação é amarrada, Curitiba não pode gastar um centavo dos fundos municipais com a região metropolitana. Isso precisa ser revisto. A secretaria de Meio Ambiente da capital tem muito mais estrutura para implementar bons projetos na região, ao contrário das pequenas



Área particular no Pilarzinho, em Curitiba, contribui para qualidade do ar e proteção de nascentes na região (RPPNM Airumã/Zig Koch)

secretarias das cidades conurbadas. É preciso unir as cidades para a conservação das florestas urbanas”.

Enquanto a regulação para incentivo de áreas verdes não fica mais atrativa, proprietários de áreas urbanas se esforçam para manter imóveis privados conservados. Este é o caso de Terezinha Vareschi, que criou a 12ª RPPNM de Curitiba. Dos 36 mil metros do imóvel que tem no Pilarzinho, em Curitiba, 30 mil são área de reserva.

“Nós estamos vivendo momentos altamente desafiadores com as

mudanças climáticas. A preservação da natureza hoje é essencial para esses tempos. Qualquer pessoa sabe o bem que faz estar junto à natureza, é só ver as grandes cidades que retiraram toda a mata, pra ver o que está acontecendo. Manter o verde é para nossa sobrevivência”, afirma Vareschi.

A RPPNM se chama Airumã, que significa Estrela Guia em tupi. Foi a 12ª criada na cidade. O local é sede da APAVE. Vareschi conta que os anos de troca de informações entre proprietários impulsionou o

movimento de criação de áreas.

“Quando criei a minha RPPNM, a burocracia era muito maior. Hoje isso já melhorou bastante. Na APAVE fazemos oficinas e incentivamos os proprietários interessados em criar reservas”, conta a dona do imóvel.

Grupos empresariais também investem em RPPNs. Na RMC, a RPPN Mata do Uru é propriedade do Grupo Positivo e mantém 128,67 hectares de mata atlântica preservada na Lapa. Ali ficam protegidas 34 nascentes, além de 40 rios, contados depois da restauração da mata.

“Quando criei a minha RPPNM, a burocracia era muito maior. Hoje isso já melhorou bastante.”

Terezinha Vareschi

Serviços ecossistêmicos com retorno financeiro

A mata conservada não se reflete apenas na quantidade de rios, mas também na qualidade da água. Um exemplo próximo à RMC é o abastecimento do município de Antonina, no litoral do Paraná.

Antonina conta com quatro RPPNs, de onde é extraída a água que abastece o município. Segundo o prefeito da cidade, Zé Paulo (PSD), a área de mata atlântica preservada permite um abastecimento de água generoso ao município.

“Nós tínhamos um problema crônico de falta d’água. Agora nós trazemos de dentro da reserva, com uma adutora, água de extrema qualidade em abundância, quase não precisa de tratamento. Esse racionamento de água de Curitiba... nós não sabemos o que é isso em Antonina”, contou o prefeito no 1º Encontro Paranaense de RPPNs, realizado em novembro.

Além do recurso hídrico garantido, o município é recompensado financeiramente pela preservação das reservas particulares. Antonina

recebeu, até outubro deste ano, 5,8 milhões de reais de ICMS Ecológico. O mesmo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços leva em conta a metragem de unidades de conservação dentro dos limites municipais.

Municípios que preservam áreas de mata nativa têm direito a 5% da arrecadação do ICMS a partir de critérios que beneficiam a manutenção dos biomas. Não é um novo imposto, mas critérios que beneficiam ações de conservação dentro do imposto já existente. Assim, o repasse do ICMS cresce à medida que o município protege tais áreas.

As reservas particulares de Antonina também recebem incentivo financeiro municipal através da lei de Pagamento por Serviços Ambientais Municipal (PSAM) às RPPNs (lei mun. 37/2020). Com apresentação de plano de manejo e fiscalização periódica, o dono da reserva recebe compensação anual pelos serviços ecossistêmicos prestados pela área conservada.

Como zerar a destinação de resíduos a aterros sanitários?

Selo do programa Aterro Zero é emitido para empresas que conseguem atingir essa meta, reciclando e reutilizando 100% dos resíduos gerados em suas produções



O mundo gera 1,4 bilhão de toneladas de lixo por ano. É mais de 1 quilo de lixo diário produzido por cada um dos seres humanos do planeta, e a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê até 2050 um aumento de aproximadamente 350% neste volume. A pergunta que fica é: o que nós podemos fazer para mudar isso? A resposta está na redução da nossa geração de resíduos, na reutilização de tudo o que for possível e na reciclagem. Você pode fazer isso na sua casa e também na sua empresa.

Os aterros ainda são a opção de disposição final ambientalmente mais adequada, quando esgotadas todas as possibilidades de redução, reuso, reciclagem e recuperação energética. É isso, inclusive, que preconiza o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, lei sancionada e regulamentada em 2010.

Mas a degradação da matéria orgânica despejada em lixões e aterros produz uma quantidade significativa de chorume, elemento capaz de contaminar rios e lençóis freáticos, e de gases como o metano e o dióxido de carbono (CH₄ e CO₂), elementos que contribuem para o efeito estufa e o aquecimento global. E pior: segundo dados da WWF e do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, o país recicla apenas 1,28% do plástico que gera. 40% de todo o lixo gerado nem para aterros sanitários vão. Eles acabam nos chamados lixões, onde a possibilidade de contaminação da natureza é ainda maior.

Mudar esse cenário, portanto, é urgente. Leon Fernando Micoanski, engenheiro ambiental do Grupo Kapersul Waste Management (KWM), já vê sinais de mudanças. “O país ainda tem uma taxa muito baixa de reciclagem, falando em toda a geração de resíduos. Mas isso apresenta sinal de melhoras, com interesse das empresas em ter uma destinação ambientalmente correta para seus resíduos e rejeitos. Além disso, há um incentivo da própria sociedade hoje na questão econômica de buscar empresas que fazem esse processo”, analisa Micoanski.

O Grupo KWM começou há 40 anos, na região Metropolitana de Curitiba como uma empresa familiar. Atualmente gerencia cerca de 200 mil toneladas de resíduos por ano desenvolvendo projetos de economia circular, logística reversa e aterro zero em 7 estados brasileiros.

“A empresa surgiu para atender especificamente o mercado de papel e hoje recebe todos os tipos de resíduos, verticalizando boa parte da reciclagem e fortalecendo cada vez mais destinações que não sejam apenas o aterro. Nossa estrutura permite fechar o ciclo e criar uma cadeia completa de Economia Circular”, explica Marcus Machado, sócio diretor da KWM.

“A empresa surgiu para atender especificamente o mercado de papel e hoje recebe todos os tipos de resíduos,



Leon Micoanski, engenheiro ambiental da KWM



Marcus Machado

Já são mais de 750 clientes de diversos segmentos industriais, de convertedores de embalagens e cosméticos, alimentos, gráficas, automotivo, metalurgia, varejo, logística entre outros. Muitos já conquistaram o selo Aterro Zero, como o Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa -PR) e sedes das multinacionais Berry Global (São José dos Pinhais-PR), Lear (Joinville-SC) e Faurecia (São José dos Pinhais - PR). Algumas parcerias já duram décadas com vários projetos implementados, é o caso da Posigraf e da Amcor.

Tudo que chega às unidades é reaproveitado, inclusive rejeitos de fábrica, materiais contaminados, forrações e equipamentos de proteção individual (EPIs) já fora de uso. O que não pode ser reciclado vira combustível alternativo para produção de cimento, com queima controlada e cumprimento das diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais.

Já materiais como metal, plástico e papel passam por um processo de limpeza e voltam a ser matéria prima, compondo novos produtos dentro da economia circular.

Do lixo ao luxo - o futuro do reciclável

Materiais reaproveitados conquistam destinos nobres com novas tecnologias e aceitação cada vez maior do consumidor

Você compraria um tênis ou uma cadeira para sua casa feitos com material reciclado, mesmo que custasse mais do que um produto novo, feito com matéria-prima virgem?

Ao longo das últimas décadas, a reciclagem foi encarada como sinônimo de economia, com oferta de insumos mais baratos para fabricação de subprodutos. Com a evolução das pesquisas, desenvolvimento de novas tecnologias e uma postura mais responsável de empresas e consumidores, materiais reciclados passaram a ter mais valor, carregando um conceito que envolve sustentabilidade ambiental, atitude e ética.



Projeto de logística reversa e reciclagem de livros didáticos é exemplo bem sucedido de economia circular. Foto: Posigraf

Geração Z

A nova geração de consumidores está mais informada e consciente, e traz consigo a valorização dos produtos feitos a partir de materiais reaproveitados. A pesquisa Futuro da Humanidade, da Anistia Internacional, ouviu mais de 10.000 jovens de 18 a 25 anos, em 22 países, em 2019. 41% dos entrevistados selecionaram as mudanças climáticas como o desafio mais importante que o mundo enfrenta, seguidas por poluição (36%) e terrorismo (31%).

Para a nova geração, proteger o meio ambiente é um valor fundamental, e isso se reflete na hora da compra. Não se avalia apenas a estética, o custo e a qualidade, mas o que aquele item traz de benefícios ou prejuízos para o mundo: sua pegada no planeta.

“Antes, além de todas as barreiras técnicas, consumidores e empresas tinham a mentalidade de que o material reciclável deveria ser mais barato. Como vai ser mais barato se já é um material que foi produzido e será recuperado em um beneficiamento complexo que exige energia e tecnologia? O diferencial está em poupar matéria-prima nova. Quando você coloca um quilo de reciclável, você deixa de usar um quilo de virgem.

Reduz-se, com isso, a extração de petróleo e a geração de CO2. Há um ganho além do custo”, explica Fábio Papani, Gerente Industrial da Plaskaper, unidade de beneficiamento de plástico do Grupo KWM.



Fábio Papani, Gerente Industrial da Plaskaper

Grandes marcas aderiram à Economia Circular como pilar empresarial e bandeira de marketing. O reaproveitamento de resíduos ultrapassou os limites de preço para dar lugar também a produtos de luxo atemporais, de alta qualidade, duráveis e de alto preço no varejo. O caminho não tem volta, o reaproveitamento poupa energia e recursos naturais, e a Economia Circular caminha para se tornar regra no processo de produção.

“Investimos na constante melhoria da qualidade do reciclado para que ele seja inserido nessa condição para convertedores e grandes marcas. É o trabalho que fazemos nas nossas linhas de lavagem, extrusão e aditivação. Para que as empresas possam acrescentar cada vez mais reciclados e identifiquem essa porcentagem na embalagem. Ir além do marketing para a utilização final. Esse é o objetivo”, reforça Papani.

A reciclagem surgiu, no fim da década de 1980, como uma necessidade de dar um novo ciclo aos resíduos, como a própria origem inglesa da palavra esclarece: Re (repetir) + Cycle (ciclo). Na época, foi constatado que o modelo de consumo e descarte não se sustentava. As fontes de petróleo e outras matérias-primas não renováveis se esgotavam e o problema do lixo trazia gigantescos impactos ambientais, contaminando o solo, a água e alterando o equilíbrio natural, com alterações no clima e na vida do planeta.

Até então, o reaproveitamento do vidro, do metal e do papel não era necessário pelo tipo de uso. Uma garrafa de refrigerante, por exemplo, era retornável. Produtos de metal eram quase eternos, não

estragavam. Lembra quantos anos durou a geladeira da sua avó?

O plástico, mais barato e versátil, trouxe o conceito do descartável, com uso único, visando uma vida mais prática. Mas como todos sabemos, o descarte tomou proporções descontroladas com o crescimento populacional e o aumento do poder de compra. A partir daí abriu-se esse mercado dos recicláveis.



Alessandro Gonçalves, Gerente Comercial da Plaskaper

“Uma geração mais consciente tomou para si a preocupação com os problemas ambientais gerados pela sobrecarga dos aterros e pelos descartes em lugares indevidos. Algumas pessoas enxergaram a reciclagem como negócio e outras realmente como uma questão de amor e proteção da natureza. Juntando esses dois lados, abriu-se um novo mercado”, conta Alessandro Gonçalves, Gerente Comercial da Plaskaper.

Calendário Ambiental 2022



Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	1	2	3	4	5

- 11 Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos
- 31 Dia do Engenheiro Ambiental / Dia Nacional das RPPN (Reservas particulares do patrimônio natural)

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
30	31	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	1	2	3	4	5

- 02 Dia Mundial das Zonas Úmidas
- 06 Dia do Agente de Defesa Ambiental
- 22 Aniversário do IBAMA

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31	1	2

- 01 Dia Nacional do Turismo Ecológico
- 02 Aniversário do serviço Florestal Brasileiro (SFB)
- 16 Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas
- 21 Dia Mundial Florestal
- 22 Dia Mundial da Água

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

- 15 Dia da Conservação do Solo
- 17 Dia Nacional de Botânica
- 19 Dia do Índio
- 22 Dia da Terra
- 28 Dia da Caatinga

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4

- 03 Dia do Solo / Dia do Pau-Brasil
- 05 Dia do Campo
- 08 Dia Mundial das Aves Migratórias
- 17 Dia Mundial da Reciclagem
- 18 Dia das Raças Indígenas da América
- 22 Dia Internacional da Biodiversidade / Dia do Apicultor
- 25 Dia do Trabalhador Rural
- 27 Dia da Mata Atlântica
- 29 Dia do Geógrafo
- 30 Dia do Geólogo

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	1	2

- 03 Aniversário da Rio 92 (ECO 92)
- 05 Dia Mundial do Meio Ambiente / Dia da Ecologia
- 08 Dia Mundial dos Oceanos / Dia do Citricultor
- 13 Aniversário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- 16 Dia Mundial das Tartarugas Marinhas
- 17 Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca
- 23 Dia do Lavrador
- 29 Dia do Pescador
- 31/05 a 05/06 Semana Nacional do Meio Ambiente

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31	1	2	3	4	5	6

- 10 Aniversário de criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente
- 12 Dia do Engenheiro Florestal
- 17 Dia da Proteção das Florestas
- 26 Dia Mundial dos Manguezais
- 28 Dia do Agricultor

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
31	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	1	2	3

- 09 Dia Internacional dos Povos Indígenas / Dia Interamericano de Qualidade do Ar
- 14 Dia do Controle da Poluição Industrial
- 28 Aniversário do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
28	29	30	31	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	1

- 03 Dia Nacional do Biólogo
- 05 Dia da Amazônia
- 09 Dia do Veterinário
- 11 Dia Nacional do Cerrado
- 16 Dia Internacional de Preservação da Camada de Ozônio
- 19 Dia Mundial pela Limpeza da Água
- 20 Dia Internacional da Limpeza de Praia e Litoral
- 21 Dia da Árvore
- 22 Dia de Defesa da Fauna / Dia Mundial sem Carro

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
25	26	27	28	29	30	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	1	2	3	4	5

- 03 Dia Nacional das Abelhas
- 04 a 10 Semana da Proteção à Fauna
- 04 Dia Mundial dos Animais / Dia de São Francisco de Assis (Patrono da Ecologia) / Dia da Natureza
- 05 Dia das Aves / Dia Mundial do Habitat
- 12 Dia Mundial de Prevenção de Desastres Naturais / Dia do Mar / Dia do Engenheiro Agrônomo
- 15 Dia do Consumo Consciente / Dia do Educador Ambiental
- 27 Dia do Engenheiro Agrícola

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
30	31	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	1	2	3

- 01 Dia Mundial Vegano
- 07 Dia da Floresta e do Clima
- 19 Aniversário do Ministério do Meio Ambiente
- 23 Dia Mundial sem Compras
- 24 Dia do Rio
- 30 Dia do Estatuto da Terra

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	29	30	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

- 03 Dia Internacional de Luta Contra os Agrotóxicos
- 10 Dia Internacional dos Povos Indígenas
- 14 Dia do Engenheiro de Pesca
- 15 Dia do Jardineiro
- 19 Aniversário da Agência Nacional de Águas (ANA)
- 29 Dia Mundial da Biodiversidade